

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre:
entre a destruição e a preservação patrimonial**

Thaís Tancini

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Licenciado em História.

Professora orientadora: Regina Weber

Porto Alegre, novembro de 2008.

Sumário

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| CAPÍTULO 1 - ENTRE A DESTRUIÇÃO E A PRESERVAÇÃO: INICIATIVAS DE DEMOLIÇÃO, TOMBAMENTO E DESTOMBAMENTO. | 13 |
| 1.1 “A IGREJA DOS PRETOS DEIXOU DE SER DOS PRETOS”: A TRANSFERÊNCIA DOS BENS DA ARQUICONFRARIA PARA A PARÓQUIA. | 13 |
| 1.2 O PROCESSO DE TOMBAMENTO 178 DE 1938 | 19 |
| CAPÍTULO 2 – INTELECTUAIS, REPERCUSSÃO E MEMÓRIA. | 29 |
| 2.1 “OS CULTORES E DEFENSORES DA NOSSA TRADIÇÃO HISTÓRICA PODEM ESTAR TRANQUÍLOS”: INTELECTUALIDADE LOCAL, ESTADO NOVO E SPHAN. | 29 |
| 2.2 – A DESTRUIÇÃO DE UM “SUPORTE DA MEMÓRIA” | 35 |
| CONCLUSÃO | 42 |
| FONTES PRIMÁRIAS | 46 |
| ARQUIVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO CONSULTADOS..... | 46 |
| BIBLIOGRAFIA | 47 |
| ANEXO 1 | 49 |

Introdução

A atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário do município de Porto Alegre, localiza-se na rua Vigário José Ignácio, nº 402, este templo foi inaugurado em 1956. Porém, cabe dizer que nesse mesmo local havia um templo muito mais antigo, demolido para a construção do atual. O antigo templo tivera suas obras iniciadas em 1817, pelos membros da Irmandade do Rosário, com seus próprios fundos e esforços, e fora inaugurado em 1827. A Irmandade do Rosário da Vila de Porto Alegre, criada em 1786, a semelhança de outras de mesma devoção no resto do país, era composta em sua maioria por negros e pardos, escravos e libertos.¹ Inicialmente a Irmandade do Rosário possuía um altar lateral na Igreja Matriz N.S. Madre de Deus, e a motivação para a construção de um templo próprio parece estar ligada a proibição da realização de práticas festivas da Irmandade por parte do clero. Assim os irmãos do rosário sentiram-se praticamente expulsos da Igreja Matriz, e optaram por construir uma igreja onde pudessem exercer sua fé sem restrições.²

Durante as décadas de 1930 e 1940 houve um longo debate sobre a preservação ou não do antigo templo³, que chegou a ser instituído enquanto patrimônio artístico nacional. Porém a pressão pela destruição foi vitoriosa, sendo de fato efetivada.

Através deste trabalho busco colocar em evidência, a partir de um estudo de caso, o problema da consolidação das políticas de preservação do patrimônio em sua fase inicial. Meu estudo recai sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, que foi tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938 e teve seu tombamento revogado, através de um despacho presidencial em 1941. Assim, cronologicamente este trabalho situa-se no período entre 1938 e 1941, muito embora em

¹ Sobre a importância das irmandades religiosas para os negros Russel-Wood coloca que “as irmandades de pessoas de cor do Brasil representaram uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para o negro trazido da África como escravo como também para os negros e mulatos nascidos no Brasil, fossem escravos ou libertos. As irmandades constituíam uma resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual sentida pelos negros e mulatos da colônia. Esta necessidade pode ser discutida em três categorias: educação religiosa ou socorro espiritual, assistência médica e a busca de identidade”. Russel-Wood, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 193.

Para mais informações sobre a história da Irmandade do Rosário em Porto Alegre ver: MÜLLER, Liane. “As contas do meu rosário são balas de artilharia” – Irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920). Dissertação de Mestrado em História – IFCH, PUCRS, Porto Alegre, 1999.

² Müller, Liane. *Op. Cit.* p.40

³ Ver em anexo imagens do antigo e do novo templo.

alguns momentos seja necessário retroceder para dar conta dos antecedentes do caso e em outros ir além, para poder compreender melhor algumas de suas repercussões.

A formação de patrimônios históricos e artísticos nacionais apresenta uma íntima ligação com a formação e constituição dos Estados nacionais modernos no ocidente. Assim, a consolidação de determinados “bens móveis e imóveis” como elementos pertencentes à *nação* está relacionada diretamente à idéia de comunidade nacional dominante em cada época. As iniciativas de preservação de determinados bens (que abrangem desde a arquitetura até as lendas e mitos de determinados grupos) são um componente bastante importante quando estamos tratando de patrimônios nacionais. Muito embora, no Brasil algumas iniciativas de preservação tenham sido executadas ainda no século XIX, a tônica do debate sobre patrimônio nacional e a incorporação desse campo pelo Estado, em seu sentido estrito, emerge no contexto de criação da *nação brasileira* oriunda do Estado Novo. É no contexto do Estado Novo que será criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN⁴. Esse serviço, criado através do decreto-lei nº 25 de 1937, é ainda ativo nos dias de hoje, sob a denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Tratando da trajetória das políticas federais de preservação no Brasil, Maria Cecília Fonseca coloca que as políticas de preservação constituem-se a partir da ação política de agentes especializados, envolvidos na produção de um universo simbólico que tenha como componentes um “sentimento comum de pertencimento, como reforço à identidade nacional” e a busca de um consenso que incorpore uma relativa diversidade de valores.⁵ Lembra a autora que as políticas de preservação do patrimônio

alcançam um alto grau de eficácia simbólica: é muito raro ocorrerem contestações quanto ao valor dos monumentos que são objeto de proteção. No Brasil, por exemplo, não ocorreria a ninguém atualmente duvidar da pertinência do tombamento das grandes obras do Barroco – igrejas, palácios, chafarizes, conjuntos urbanos, etc. – realizado, principalmente, nas décadas de trinta e quarenta.⁶

O caso em evidência neste trabalho permitirá demonstrar, em uma escala reduzida, que a aceitação das políticas de preservação – criadas com o objetivo de formar um patrimônio nacional em uma dimensão uniformizadora do passado histórico brasileiro – esbarrou em certos limites, criados por interesses conflitantes relacionados aos projetos dos diferentes agentes que atuaram na construção da nacionalidade brasileira do Estado Novo.

⁴ Fonseca, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC - IPHAN, 1997. p. 12.

⁵ *Ibidem*, p. 12.

⁶ *Idem*, p. 11.

Assim, pretendo analisar a situação de conflito decorrente dos interesses divergentes relacionados à preservação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Nessa disputa, inicialmente, são evidenciados dois grupos. Um deles é representado pelos membros do clero católico regional, que desde o início da década de 1930 manifestam seu desejo de demolir a Igreja para a construção de outra no mesmo local. O outro está relacionado ao SPHAN e a intelectuais locais, que pretendem preservar a Igreja como representante do patrimônio histórico e artístico nacional.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi inscrita no Livro do Tombo nº 3 (Belas Artes) do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938. Com a efetivação do tombamento os planos de destruição foram inviabilizados, porém os religiosos que encabeçavam tal iniciativa não acolheram a idéia de preservação determinada pelo tombamento oficial. Desde a abertura do processo os clérigos se opuseram ao tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e após sua efetivação, seguiram os apelos pelo seu cancelamento. Como referido anteriormente, em dezembro de 1941, o tombamento da Igreja é revogado. Porém as discussões sobre o caso não são encerradas e mesmo após o lançamento da pedra fundamental do novo templo a ser construído no local do antigo, em 1942, seguem críticas ao ato.

A inclusão/exclusão da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre nas políticas de preservação do patrimônio vincula-se à forma como se desenvolveram as mesmas em nível nacional. Cabe ressaltar que no Rio Grande do Sul, a atenção do SPHAN primeiramente foi dirigida às ruínas de São Miguel das Missões, tombadas em março de 1938. Ainda no mesmo ano, foi iniciado o processo de tombamento, da Igreja de Nossa Senhora das Dores e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre, e da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão.

Clara Emília Malhano⁷, ao analisar a criação do SPHAN e abordar a questão da *monumentalidade* como a principal concepção a ser destacada no entendimento da prática de preservação no Brasil – em que a ênfase da política de seleção de bens para tombamento recai sobre bens imóveis, a *arquitetura de pedra e cal* – demonstra o privilégio concedido à arquitetura Barroca. Tal dinâmica tinha como objetivo ressaltar um *valor histórico* que foi atribuído ao século XVIII como momento fundador da nação brasileira. Apesar da antiga Igreja do Rosário ter sido construída no início do século XIX, inaugurada em 1827, ela estava

⁷ Malhano, Clara Emília S. M. de Barros. Da Materialização à Legitimação do Passado: a monumentalidade como metáfora do Estado. 1 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

entre os remanescentes de arquitetura religiosa mais antigos das edificações de Porto Alegre quando do seu tombamento.⁸

A esta dinâmica evidenciada por Clara Emília Malhano pode-se associar o que foi apontado por Maria Cecília Fonseca, ao afirmar que investigações sobre os processos de construção de patrimônios “são importantes, na medida em que procuram desvendar o modo como determinados intelectuais, através do Estado, concebem a ‘identidade nacional’”⁹. As pesquisas destas autoras demonstram, por um lado, que a consolidação do Estado Novo como regime político no país foi um processo que permitiu a criação de uma instituição que aglutinasse as aspirações de intelectuais comprometidos com a preservação do patrimônio nacional. Mais do que isso, mostram que o caráter restrito da participação da sociedade nas políticas de preservação foi um importante definidor da orientação destas políticas. Assim, a concepção de patrimônio histórico e artístico nacional foi tarefa de agentes com perfil intelectual bem definido, em sintonia com a política cultural desenvolvida pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), chefiado por Gustavo Capanema. Contudo, a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN desde sua criação até 1967, conferiu, em alguns aspectos, uma certa distinção entre a política educacional do MES e a política de preservação do SPHAN.

Com efeito, como um órgão ligado ao Ministério de Capanema, há um comprometimento do SPHAN e seus membros (conseqüentemente das políticas federais de preservação por ele desenvolvidas) com a criação da nação. Outrossim, em *Tempos de Capanema*¹⁰, os autores mostram que a existência da ambigüidade entre os intelectuais modernistas (com Mário de Andrade como expoente) e um Ministério que reunia intelectuais católicos como Alceu Amoroso Lima se estendia por toda a área de ação cultural do ministério. O próprio Mário de Andrade, autor do anteprojeto que serviu de base para o decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que cria o SPHAN e dispõe uma base legal para suas ações de tombamento, teve uma relação mais recatada com o Ministério.¹¹ Segundo os autores, havia a dificuldade de “estabelecer a tênue linha divisória que separasse a ação

⁸ A edificação religiosa mais antiga da cidade, após a destruição da Catedral Madre de Deus, era a Igreja de Nossa Senhora das Dores, que tivera a construção de sua capela-mor concluída em 1813. Porém, ao longo do séc. XIX a edificação continuou a receber complementos, sendo as escadarias para Rua da Praia concluídas apenas em 1873 e a torre oriental em 1906. Fonte: Ramos, Maria Beatriz. Igreja das Dores: Importância histórico-cultural para a cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Pallotti, 1989. p.45.

⁹ Fonseca, Maria Cecília. 1997. *Op. Cit.* p. 41.

¹⁰ Schwartzman, Simon; Bomeny, Helena M. B.; Costa, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹¹ *Ibidem*, p. 97-107.

cultural, eminentemente educativa e formativa, da mobilização político social e da propaganda propriamente dita. Era uma dificuldade tanto conceitual quanto institucional”¹².

A relação do SPHAN junto ao Ministério da Educação e Saúde é vista por Maria Cecília Fonseca como de relativa autonomia deste serviço em relação às outras políticas nacionalistas no Estado-Novo. No entanto esta autonomia, explica a autora, sinaliza o pouco interesse político que o serviço tinha para o governo federal, constituindo-se em limitado recurso de mobilização popular. Sua interpretação parte da noção de campo que a autora busca em Bourdieu:

Os processos de seleção e proteção do patrimônio cultural nacional são regulamentados por leis, procedimentos e rituais bastante específicos, e costumam ser conduzidos por agentes com perfil intelectual definido. [...]

Pois devido ao grau extremamente restrito, no Brasil, da participação da sociedade nas políticas de preservação, as decisões desses intelectuais foram fatores cruciais na orientação dessas políticas. [...]

O problema é que, como observa Bourdieu (1980:115), qualquer luta no interior de um campo ‘pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser objeto de luta’, ou seja, no caso sobre o que seria objetivo específico da preservação.¹³

Assim, as disputas nacionais se configuravam em torno do que poderia ser considerado patrimônio histórico e artístico nacional. Entretanto, essa disputa apresentava-se em uma frente interna e uma externa. Internamente, havia a discussão entre os próprios membros e colaboradores dentro do SPHAN. Porém, as diferenças internas ao SPHAN acomodavam-se em torno de um consenso quanto à valorização da arquitetura, em especial a ligada ao período colonial, como um testemunho do passado luso-brasileiro, o marco fundador de nossa civilização (enquanto estado-nação), tendo a edificação do estilo barroco como o componente mais forte a ser preservado como símbolo da identidade nacional. Havia também, em alguns casos, diferenças entre o SPHAN e outros órgãos do governo federal, marcadas por objetivos conflitantes das diferentes esferas do poder público.

Um outro aspecto da disputa sobre o patrimônio artístico e histórico nacional está relacionado às barreiras impostas por agentes externos ao SPHAN. O principal entrave para a consecução de políticas patrimoniais foram as tensões entre o público e o privado, expressas na questão da propriedade dos bens, pois à medida em que são considerados de interesse público e se efetiva a proteção dos bens por parte do Estado, incide-se sobre seu sistema de valores e seu estatuto de propriedade. O bem, ao ser transformado em patrimônio da nação, passa a ser objeto de duas modalidades de propriedade: “a propriedade da coisa, alienável,

¹² *Idem*, p. 104.

¹³ Fonseca, Maria Cecília. 1997. *Op. Cit.* p. 13 e 14.

determinada por seu valor econômico” e a propriedade dos valores culturais identificados com o bem, alheia ao proprietário.¹⁴

Nesse sentido, o principal embate quanto à inclusão de um bem como patrimônio histórico e artístico nacional está relacionado ao direito que a propriedade privada desse mesmo bem conferia ao seu proprietário de conservá-lo ou destruí-lo de acordo o interesse privado. Essa situação evidentemente esbarra na proteção conferida pelo Estado quando seu tombamento. Em relação a este aspecto, informa Maria Cecília Londres Fonseca:

Objecções frontais só costumam ocorrer quando a ação do Estado vem contrariar interesses particulares, como, por exemplo, de empresários da construção civil, proprietários de imóveis antigos, prefeituras de cidades históricas com projetos de urbanização modernizadores, etc. Para a população em geral, os bens tombados costumam ser valorizados por sua ‘antiguidade’, por sua ‘riqueza’, por sua ‘beleza’, cobrando-se inclusive da instituição federal maior zelo na tarefa de protegê-los.¹⁵

Quanto à sua propriedade, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre pertenceu, da sua edificação em 1827 até 1930, à Irmandade do Rosário. Em 1930 a Irmandade, em função de dívidas, foi obrigada a firmar um *compromisso*, entregando seus bens à paróquia, sob a administração da Arquidiocese de Porto Alegre.¹⁶ Assim, o templo ficou sob a responsabilidade, orientação e interesse das autoridades católicas de Porto Alegre.

A relação entre as autoridades católicas e o SPHAN, no período estudado foi ambígua. De certo modo, a Igreja colaborou em diversos aspectos para a consolidação das políticas de preservação no Brasil, dado que essas políticas recaíram, sobretudo, na preservação de inúmeros bens pertencentes à Igreja. Contudo, “se o tombamento não interessava aos religiosos, esses tentavam a impugnação encaminhando solicitação ao Conselho Consultivo [do SPHAN]”. Alegavam, mormente, falta de espaço para os fiéis, ou afirmando o pouco valor artístico das edificações.¹⁷

Certamente a inclusão da Igreja de Nossa Senhora do Rosário no Livro Tombo do SPHAN e sua posterior exclusão das políticas de preservação não é um caso isolado de conflito de interesses no período em que se criavam medidas de preservação. Contudo, como referido inicialmente, a intenção de destruir o velho templo e construir outro no lugar, no caso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Porto Alegre, é anterior à efetivação do tombamento pelo SPHAN.

¹⁴ *Idem*, p. 33-35.

¹⁵ *Idem*, p. 17.

¹⁶ Barea, José. História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Porto Alegre: EST, 2004.

¹⁷ Malhano, Clara Emília. *Op. Cit.* p. 201 e 202.

A iniciativa de destruição da Igreja deve ser percebida juntamente com as modificações urbanísticas que ocorreram nas décadas de 1930 e 1940 em Porto Alegre. Ao abordar a relação entre as transformações urbanas da cidade de Porto Alegre entre 1928 e 1945 e o sentido de modernização que era conferido ao espaço urbano, Nara H. Machado aponta que

a partir dos anos 30, em Porto Alegre, se verifica a agilização e intensificação de tentativas visando que a cidade abandone definitivamente uma roupagem provinciana, considerada pelo governo, burguesia urbana emergente e classes médias como inadequada à imagem de progresso que a capital do estado deveria ostentar [...]¹⁸

Além das possibilidades levantadas, a iniciativa de demolição da Igreja pode ser vista também de outro ângulo: destruir um velho templo, que tem uma ligação importante com a “Irmandade dos Pretos”, denominação muitas vezes utilizada para caracterizar a Irmandade do Rosário, que tem em sua memória episódios de conflito entre os membros da Irmandade e o clero pode estar relacionado a uma dinâmica, consciente ou não, do esquecimento do passado do lugar dos grupos com ele envolvidos e da manutenção de uma identidade. Este esquecimento remete ao problema da manutenção da memória coletiva, como bem coloca Jacques Le Goff:

Do mesmo modo [que a memória individual sofre manipulações conscientes ou inconscientes], a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.¹⁹

Como observei em diversos momentos, a concepção de preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil está relacionada à direção das políticas do Estado. Seu início tem uma ligação importante com o período autoritário do Estado Novo no Brasil. Pode-se perceber também que a ação das políticas de preservação, enquanto movimento de configuração de identidade nacional, está intimamente ligada ao processo de formação de uma memória coletiva traduzida em termos nacionalistas. Sobre a relação entre a memória e identidade Jacques Le Goff afirma que:

¹⁸ Machado, Nara Helena Naumann. *Modernidade, Arquitetura e Urbanismo: o centro de Porto Alegre (1928-1945)*. Tese de Doutorado em História – PUCRS, Porto Alegre, 1998. p.338.

¹⁹ Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 426.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja a busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de homem, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder.²⁰

O estudo proposto nesta pesquisa parte da reflexão sobre os processos de formação de uma noção de patrimônio histórico e artístico no Brasil até aqui delineados e sua relação com a preservação/destruição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre. Estudar especificamente um caso dentro o universo de bens que estiveram envolvidos neste processo, parte da idéia apontada por Antônio Augusto Arantes, de que “a significação social desses bens não pode ser mecanicamente deduzida de estruturas macropolíticas, nem tampouco decodificada dos significados simbólicos que habitariam permanentemente tais estruturas”²¹. Assim, lançar um olhar sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário durante o Estado Novo, permite cotejar as dimensões do envolvimento entre Estado, Igreja Católica e intelectualidade em Porto Alegre e ainda refletir sobre o conteúdo da memória coletiva enquanto legado, mas mais do que isso, enquanto elemento de disputa, instrumento e objeto de poder.

Zita Possamai observa que um tipo de abordagem acerca das questões de patrimônio ocorre quando o historiador se dedica ao estudo do patrimônio já consolidado socialmente, no sentido de compreender como e por que aquela sociedade o definiu como tal. A implicação dessa abordagem

tem particular interesse para o conhecimento histórico, pois mostra como as sociedades contemporâneas lidam com o seu passado e a sua memória e como o patrimônio, como uma necessidade premente da humanidade em preservar restos do seu passado, demonstra a percepção do tempo histórico e da historicidade dos processos sociais.²²

Muito embora no caso em estudo o bem não tenha sido mantido como patrimônio, penso que o apontado pela autora também possa ser verificado em tal situação, sendo possível perceber como aquela sociedade lidou com o seu passado e a sua memória.

Quanto às fontes arroladas para a execução da proposta apresentada, é significativo dizer que nem no atual templo da Igreja do Rosário, nem no arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre foram encontrados documentos referentes ao caso. Essa situação já havia sido

²⁰ *Ibidem*, p. 476.

²¹ Arantes, Antônio Augusto. Patrimônio Cultural e Nação. In: Araújo, Ângela Maria Carneiro (org.) Trabalho, Cultura e Cidadania. São Paulo: Scrita, 1997. p. 277.

²² Possamai, Zita. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. Revista Ciências e Letras. n. 27, jan/jun2000, Porto Alegre. p.20.

verificada por outros pesquisadores em relação à documentação referente à Irmandade. Dessa forma, para informações referentes à Irmandade e a Paróquia temos o histórico realizado por Dom José Barea²³, concluído em 1941. Liane Müller²⁴ explica que praticamente toda a documentação utilizada por Dom José Barea em sua pesquisa não está mais indisponível para consulta, provavelmente tendo sido destruída quando da demolição da antiga Igreja do Rosário, na década de 50, conforme informação obtida junto a Cúria Metropolitana. Assim as informações apresentadas por Dom José Barea seriam a única fonte de acesso a documentos hoje inexistentes. Dessa forma também ficam limitados os estudos sobre a Irmandade até meados da década de 1930, período em que Baréa encerra o seu histórico.

Para analisar a questão do tombamento utilizei o Processo de Tombamento do referido bem, localizado no arquivo central do IPHAN – Noronha Santos, na cidade do Rio de Janeiro. O processo é composto de 68 folhas, sendo constituído por pareceres, telegramas, cartas e outros tipos de documentos que se relacionam ao caso. A primeira folha do processo é datada de julho de 1938 e a última é de junho de 1949²⁵. A repercussão local da discussão será abordada através de uma análise da imprensa local. Serão utilizados os jornais *Correio do Povo* e *O Diário de Notícias*, no período de 1938 a 1942. A imprensa católica, através da *Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, *Unitas*, também fornece algumas informações que contribuem para o estudo do caso.

O presente trabalho estruturar-se-á em dois capítulos. Considerando que nesta introdução procurei abordar algumas das discussões sobre o início das políticas de preservação patrimonial no Brasil, bem como considerações teóricas sobre o tema, iniciarei o primeiro capítulo tratando diretamente do caso. Buscarei traçar um histórico das relações da Paróquia com a Arquiconfraria, procurando evidenciar os conflitos relacionados à gestão do patrimônio e como esses culminaram na transferência dos bens da Arquiconfraria para a Paróquia. Posteriormente, analisarei o Processo de Tombamento do SPHAN nº 178 de 1938, buscando entender como se deu o diálogo entre as partes interessadas e evidenciando os conflitos. A Arquidiocese de Porto Alegre aparece nas fontes disponíveis como principal interessado na destruição. Dessa forma será analisada a relação da Arquidiocese com o governo de Getúlio Vargas, buscando compreender como foi possível a reversão do já consolidado tombamento.

²³ Barea, José. *Op. Cit.*

²⁴ Müller, Liane. *Op. Cit.* p. 28, nota 16.

²⁵ Não tive a oportunidade de viajar ao Rio de Janeiro para pesquisar no referido arquivo, porém estabeleci contato com a direção da instituição e o processo citado foi gentilmente transcrito pelo amigo e historiador Gabriel Aladrén.

No segundo capítulo será dada mais atenção para o grupo de intelectuais locais que argumenta a favor da preservação, buscando perceber como ocorreu a articulação deles com o SPHAN e quais foram os argumentos e mecanismos utilizados a favor da preservação. Também será analisada a repercussão do caso através da imprensa local, bem como a relação entre a intenção de preservação/destruição do templo com a preservação/apagamento de memórias relacionadas a ele.

Capítulo 1 - Entre a destruição e a preservação: iniciativas de demolição, tombamento e destombamento.

1.1 “A igreja dos pretos deixou de ser dos pretos”¹: a transferência dos bens da Arquiconfraria para a Paróquia.

Em 1941, mesmo ano que Getúlio Vargas assinou o decreto-lei que retirava a Igreja de Nossa Senhora do Rosário da tutela do SPHAN, o então bispo da diocese de Caxias do Sul, Monsenhor José Barea, que entre 1928 e 1936 havia sido vigário da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, concluía seu *Histórico da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre*. O objetivo de Dom José Barea era “preencher em parte uma grande lacuna do Arquivo Paroquial, desprovido de qualquer fonte de informação sobre os 50 anos da Freguesia”. A motivação de Dom José Barea nos estudos históricos sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi o centenário de criação da paróquia, ocorrido em 24 de outubro de 1832. Seu estudo abrange um período que vai desde a fundação da Irmandade em Porto Alegre, no segundo quartel do século XVIII até 1928². Conforme o autor, a partir desta data não haveria necessidade de prosseguir com o histórico, pois os “fatos e documentos relativos à Paróquia e à Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário” desta data em diante estão registrados no livro tomo da igreja.³

Dom José Barea organizou a obra em duas partes, sendo que a primeira é dedicada ao período que vai da fundação da irmandade à criação da paróquia e a segunda abrange o período que vai da fundação da paróquia até ele próprio assumir o paroquiato, em 1928. A segunda parte de seu trabalho está organizada de acordo com a vigência dos paroquiatos,

¹ Expressão utilizada por Dante de Laytano em seu livro *Festa de Nossa Senhora dos Navegantes: Estudo de uma tradição das populações Afro-Brasileiras de Pôrto Alegre*. Edição da Comissão Estadual de Folclore do Rio Grande do Sul, volume 6. Porto Alegre, 1955. p.41

² Barea, José. *História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário*. Introdução e notas de Moacyr Flores. Porto Alegre: EST, 2004. p. 17. Encontra-se no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre o escrito original, datilografado.

³ *Ibidem*, p. 374. O livro tomo referido por Barea não se encontra no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Em comunicação com o atual vigário da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o mesmo não soube informar sobre existência do mesmo e tampouco da existência de quaisquer documentos relativos ao período dessa pesquisa.

sendo de especial interesse para esta pesquisa a última parte da obra, quando o autor trata do período em que foi pároco seu antecessor, o Monsenhor Landell Moura, que inicia suas atividades na paróquia do Rosário em 1915. Mesmo que Dom José Barea tenha encerrado suas pesquisas no ano de 1928, nas páginas finais de seu trabalho havia algumas referências quanto à situação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário na vigência do seu paróquiato que se estende até o ano de 1936.

Utilizarei os dados apresentados por Barea para traçar um histórico das relações entre os párocos e a Arquiconfraria⁴, buscando observar, principalmente, os conflitos e o tratamento dado por ambos os grupos ao patrimônio físico da igreja. Em várias partes do seu histórico Dom José Barea aponta aspectos de má administração do patrimônio por parte da Irmandade. Contudo, quando passa a tratar do paróquiato do padre Costábile Hipólito, em fins do século XIX, tornam-se mais freqüentes os relatos de supostos erros na administração por parte de membros da Irmandade. A partir desse período a Irmandade também passou a enfrentar resistências de membros da paróquia não ligados a ela. Para Dom José Barea foram estes elementos os principais semeadores da discórdia entre os párocos e a Irmandade nas primeiras duas décadas do século XX:

Maus conselheiros. O Pe. Mariano, que assumiu a direção da Paróquia ainda muito moço, sofreu a influência de alguns elementos extremados que desejavam a luta do pároco com a Arquiconfraria, *cujos membros, quase todos de cor, queriam expelir à viva força desta igreja*, freqüentada pelo escol da sociedade. Esses elementos influíram também sobre o finado Monsenhor Landell de Moura e tentaram influir sobre o sucessor deste, no sentido de guerrear a ferro e fogo a secular corporação.⁵

Ao tratar do paróquiato do padre Luís Mariano da Rocha, que inicia em 1906, o autor aponta para os primeiros sinais no sentido de modificar a antiga estrutura da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Sem afirmar que tenha sido influenciado nesse sentido também, Dom José Barea limita-se a apontar que o padre Mariano dissera ser “ainda muito moço e por isso queria que a igreja fosse inteiramente reformada, *obedecendo a um estilo moderno* e mais elegante, pois o atual era antiquado, pesado e sem arte.” O padre enfrentou resistências por

⁴ Cabe dizer que a Irmandade, enquanto instituição composta por leigos não possuía entre seus membros religiosos, dessa forma os párocos eram elementos exteriores a ela. Segundo Liane Müller a Irmandade do Rosário procurou “ao longo de sua história e mesmo contra a vontade da Igreja, manter os capelães subordinados aos desígnios da Mesa Diretora. [...] Tudo se passava como em um contrato de trabalho em que o dito padre deveria cumprir as tarefas do culto e dos sufrágios, recebendo, para isso uma contrapartida em dinheiro”. Müller, Liane Susan. *Op. Cit.* p.29. Sobre o uso dos termos Irmandade e Arquiconfraria: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi elevada a Arquiconfraria em 1885 através de uma alteração em seu estatuto, ver Müller, Liane. *Op. Cit.* p.38. Contudo a denominação antiga continuou sendo utilizada.

⁵ Barea, José. *Op. Cit.* p. 337.

parte dos membros da irmandade responsáveis pela administração do patrimônio e seu projeto foi deixado de lado, conforme colocado por Dom José Barea:

Um dos presentes observou que, para remover o altar-mor, era necessário suprimir o trono, quando era justamente este que dava mais imponência e majestade ao altar. E mais: com que elementos contavam o vigário para a projetada reforma, que não se faria com meia dúzia de contos? Retrucou o vigário que, uma vez demolida a igreja, não faltaria quem concorresse prontamente para sua reconstrução. Acudiram vários mesários, ponderando que iguais idéias tiveram os que demoliram a capela do Senhor do Bomfim, a qual, no entanto, jazia no mesmo pé, havia mais de um ano, por falta de meios para concluí-la; e caso idêntico se teria dado com a capela dos Passos, se a Mesa administrativa da Santa Casa não tivesse acudido à comissão das obras, fornecendo-lhe os recursos necessários para a reconstrução da capela demolida. E ninguém mais voltou a falar no projeto da reforma idealizada pelo Pe. Mariano.⁶

Anos depois, a relação entre o padre Mariano e a Irmandade seria diferente. Após uma viagem de estudos de um ano e meio, em Roma, o vigário voltaria para a paróquia do Rosário com uma postura mais diplomática em relação aos fiéis.⁷

O padre Mariano fora substituído em 1915 pelo Cônego Landell de Moura que passou, segundo Dom José Barea, a ter atritos freqüentes com fiéis, principalmente com os membros da Irmandade. Entre os motivos de discórdia entre o vigário e a Irmandade estava a posse de bens por parte desta última. Neste aspecto, Landell de Moura teria buscado tirar a legitimidade da Irmandade no tocante à administração dos bens. Conforme o colocado por Dom José Barea, esta postura do então Monsenhor Landell de Moura teria apoio de freqüentadores da Igreja de Nossa Senhora do Rosário resistentes à Irmandade. Pode-se depreender, a partir do exposto em diversas passagens por Dom José Barea, que havia um grupo de fiéis que buscavam influir sobre os padres no sentido de deslegitimar a Arquiconfraria.

Muito embora Dom José Barea não tenha sido explícito em suas colocações, é notável sua ênfase para a composição étnica da Irmandade ao tratar de assuntos referentes à discordância entre os vigários e a Arquiconfraria. As duas passagens a seguir podem servir com um bom exemplo do exposto acima. Ao expor sobre uma divergência entre o vigário e o prior, membro superior da irmandade, que teria feito este último não aceitar sua reeleição para o cargo, escreve Dom José Barea:

Tinha havido o seguinte: No mesmo ano [1923], durante os trabalhos da pintura externa da igreja mandados executar pela paróquia, houve tal alteração entre ambos à frente da igreja que quase chegaram a vias de fato, porque, de um lado, o

⁶ *Ibidem.* p. 338.

⁷ *Idem.*, p. 348.

*vigário queria prescindir da interferência da Arquiconfraria nesses trabalhos, e a corporação, por sua vez, sentia-se constrangida e mesmo diminuída diante dos trabalhos que estavam sendo executados à sua revelia e que, além disso, rigorosamente falando, só a ela cumpria executar e custear. A iniciativa da paróquia proclamava o desleixo da Irmandade.*⁸ [Grifo meu]

Dom José Barea seguiu relatando os “dissabores” entre vigário e Irmandade e algumas páginas depois escreveu, de forma semelhante à passagem que foi vista anteriormente sobre as desavenças entre a Arquiconfraria e o padre Mariano da Rocha, o que segue:

Maus conselheiros. Em toda essa campanha, Mons. Landell era instigado por pessoas que desejavam o extermínio da Irmandade, *composta quase toda por gente de cor*. Fatos muito graves por certo se teriam dado as coisas tivessem continuado na mesma marcha. Os confrades haviam chegado ao auge da exasperação e atentos à voz do Prior e do velho Saraiva, estavam dispostos a reagir até o sangue, se preciso fosse. Além disso, dois advogados estavam às ordens do Prior para assumir a defesa dos direitos da Arquiconfraria.⁹ [Grifo meu]

A insistência de Barea em destacar que a Irmandade do Rosário era composta basicamente por negros ao referir-se às pessoas que desejavam o “extermínio da Irmandade” sugere um conteúdo de discriminação racial por parte de um grupo influente sobre a vida da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. O histórico realizado por Dom José Barea não permite identificar mais precisamente quem eram os agentes contrários à existência da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Ainda que seja um tema bastante interessante, identificar estritamente a oposição e a discriminação no seio da Igreja de Nossa Senhora do Rosário levaria a uma nova investigação e fugiria aos objetivos desta pesquisa.

Baseando-se na leitura realizada por Dom José Barea, pode-se perceber, entretanto, uma disputa entre a Arquiconfraria e a Paróquia, expressa na figura do vigário, pela administração dos bens referentes à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Em 1931 a Arquiconfraria realizou a entrega do patrimônio à Paróquia, quando Dom José Barea já havia assumido a função de pároco. Em seu trabalho, Barea explicou que a Arquiconfraria passara propriedade dos seus bens à paróquia por enfrentar uma profunda crise, com a municipalidade na eminência de cobrar judicialmente dívidas de anos de impostos não pagos.¹⁰ O infortúnio da Arquiconfraria em fins da década de 1920 foi interpretado por Dom José Barea como “um

⁸ *Idem*, p. 360.

⁹ *Idem*, p. 363. O “velho Saraiva” era Leopoldo Gomes Saraiva. Sobre ele, escreveu Dom José Barea em outra passagem: “Entre os mesários sobressaía, por seu apego à Irmandade e por seu espírito intransigente contra todos que ousassem pôr a mão em algum objeto pertencente à corporação, Leopoldo Gomes Saraiva, português, tão hábil no mister de marceneiro e construtor naval, quanto falta de educação e instrução religiosa”. p. 337.

grande mal, resultando [em] um grande bem”, demonstrando certa satisfação na entrega do patrimônio da Irmandade à paróquia.

A Arquiconfraria chegou à bancarrota. Foi um mal. Mas é certo que a velha corporação nunca teria aberto mão da gerência dos seus bens, se estes se encontrassem em condições lisonjeiras. Ela entregou à paróquia uma verdadeira massa falida, e o fez porque se achava na absoluta impossibilidade de salvá-la da última catástrofe. Se a paróquia conseguiu fazer do patrimônio um benefício, cujo valor o futuro demonstrará, não o deve à liberalidade da Arquiconfraria, mas ao próprio esforço, pois para salvá-lo e torná-lo rendoso, teve de sacrificar esforços e as economias de muitos anos. *O sacrifício foi grande, mas ficou sobejamente compensado, também porque veio libertar os párocos e seus auxiliares dos vexames e caprichos da Irmandade*, em cujo seio sempre houve mesários que cometeram toda sorte de grosserias e arbitrariedades, a ponto de não permitir que se tocasse nos altares e restringir a necessária liberdade para o exercício das funções paroquiais. ¹¹[Grifo meu].

Visto que a única fonte sobre as relações entre a paróquia e a Arquiconfraria para o período em que foram entregues os bens desta última para a primeira é o trabalho de Dom José Barea, é difícil de avaliar as responsabilidades da perda do patrimônio pela Irmandade. Contudo, outros fatores ainda contribuíram para a apropriação dos seus bens da pela paróquia. A assembléia geral em que foi decidida a entrega do patrimônio, “por unanimidade” ocorreu, como o próprio Dom José Barea relata, “debaixo de um dilúvio de chuva, que impediu o comparecimento de uns poucos elementos contrários”¹². Também a morte, em 1929, do “velho Saraiva”, árduo defensor da Irmandade, ajudou a enfraquecer a idéia da manutenção do patrimônio junto à Arquiconfraria.

Em fins de 1932, durante a gestão do Vigário Monsenhor José Barea, um grupo responsável pela construção de uma nova igreja determinava que uma comissão de engenheiros, formada por Viterbo de Carvalho, Duílio Bernardi, Sadi D. Fernandes de Castro e Luiz de Seignar, realizasse “um exame minucioso da obra existente”, a fim de dar um parecer sobre o aproveitamento do templo cuja construção remontava o início do século XIX. Cerca de um ano e meio depois, a comissão de engenheiros se pronunciou da seguinte forma:

No todo não pode o templo ser aproveitado, por muitos motivos que se depreendem à primeira vista. A parte que poderia servir é tão insignificante, em face do valor econômico, que parece mais acertado demolir o templo atual e substituí-lo por outro inteiramente novo, deixando assim o arquiteto em plena liberdade para criar um projeto na altura do objetivo que se pretende atingir.¹³

¹¹ *Idem*, p. 372.

¹² *Idem*, p. 371.

¹³ Pimentel, Fortunato. Aspectos Gerais de Pôrto Alegre. Volume 1. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial de Porto Alegre. 1945. p. 130-131. Optou-se por atualizar a grafia das fontes transcritas para facilitar a leitura.

Em 1945, Fortunato Pimentel, em uma obra intitulada *Aspectos Gerais de Pôrto Alegre*, de onde foi extraída a citação acima, explicava que o sucessor de Dom José Barea, o padre Cleto Benvegnú continuara a “incrementar a idéia de construção da nova matriz, quando surgiu o movimento patriótico declarando monumentos históricos determinadas igrejas antigas” e que após uma série de “demarches” e da opinião do Conselho consultivo do SPHAN a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi “riscada” dos referidos monumentos.¹⁴

Na sua versão dos fatos, Fortunato Pimentel expõe a questão da atribuição de valor histórico e artístico à Igreja de Nossa Senhora do Rosário de uma forma muito sucinta. A maneira simplificada com que é tratada a questão pelo autor deixa eclipsada a disputa em torno da consolidação da Igreja do Rosário, que na década de 1930 era a mais antiga de Porto Alegre, como patrimônio histórico e artístico nacional. Também contribui para ocultar o problema a imprecisão do autor quanto a participação do Arcebispo Dom João Becker na definição da questão, visto que na versão de Fortunato Pimentel, o Arcebispo aparece apenas para aprovar os trabalhos da comissão construtora do novo templo, em 1941, após a revogação do tombamento via despacho presidencial, e para abençoar o lançamento da pedra fundamental da nova construção, em 1942. Como veremos adiante, o envolvimento de Dom João Becker no caso é muito mais significativo do que o apontado pelo autor.

A pesquisadora Nara Machado, ao tratar do processo de transformação arquitetônica do centro de Porto Alegre, coloca que a partir de fins dos anos 1920 ganha força uma ótica monumental e destrucionista do passado arquitetônico da cidade que perpassa as décadas de 1930 e 1940. Conforme a autora, a arquitetura colonial passa a ser objeto de menosprezo e símbolo de atraso. Como exemplo desta dinâmica aponta o caso da destruição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos¹⁵. Baseada principalmente em artigos de periódicos da década de 1940, e em autores da época, Nara Machado afirma que ao longo dos anos 1930, as posições a favor da destruição da Igreja para construção de um templo “maior e mais moderno” por parte do clero ganham força, calcando-se sobre o já referido parecer da comissão de engenheiros. Ao analisar mais detidamente o caso, a autora revela que havia posições alternativas à necessidade de demolição do antigo templo, que houve um parecer divergente ao dos engenheiros por parte do arquiteto paulista Paulo Barreto, enviado pelo Ministério da Educação, concluindo que o templo poderia ser preservado, desde que fossem empreendidas obras de restauro. Para a autora, a “ânsia por uma nova imagética da cidade

¹⁴ *Ibide*, p.131

¹⁵ Machado, Nara Helena Naumann. *Modernidade, Arquitetura e Urbanismo: o centro de Porto Alegre (1928-1945)*. Tese de Doutorado em História, PUCRS, Porto Alegre, 1998. p161-162.

serviu como poderosa pressão, por parte da sociedade civil, sobre setores do clero, no sentido da eliminação daquela edificação”.¹⁶ Entretanto, a conclusão da autora é baseada em seus estudos sobre a remodelação urbana do centro da cidade como um todo, que apontam para uma visão monumental e destrucionista sobre a cidade que perpassa as décadas de 1930 e 1940. Dessa forma, não há fontes que nos permitam visualizar e melhor entender o caráter da pressão exercida por parte da sociedade civil sobre o clero em prol da demolição do templo.

A autora também chama atenção para as dificuldades na consolidação das políticas de tombamento por parte do SPHAN, apontando o caso do tombamento/destombamento da Igreja do Rosário como “irônico”. A ironia consistiria no fato de que o mesmo governo que criou a legislação regulamentadora da preservação de bens como patrimônios nacionais também foi o responsável pela revogação do tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.¹⁷

1.2 O processo de tombamento 178 de 1938

Como uma forma de melhor compreender a dinâmica do tombamento e destombamento do referido bem, busquei o processo de tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, inscrito sob o número 178 no SPHAN, em 1938. Na primeira folha do processo é apresentada uma certificação de que a “notificação nº 219, de 31 de maio de 1938 relativa á inscrição da Igreja de N. S. do Rosário de Porto Alegre, no Livro do Tombo a que se refere o artigo 4º, nº3, do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi assinada e expedida ao Snr. Arcebispo D. João Becker”¹⁸. Dessa forma, a partir do processo não haveria como inferir de quem partiu a iniciativa do tombamento da Igreja. Contudo, através de informações coletadas por Ana Meira, sabemos que “em novembro de 1937 houve um comunicado urgente para elaborar uma relação tão completa quanto possível dos monumentos de valor histórico e artístico situados no Rio Grande do Sul que [Augusto] Meyer julgasse merecedores de tombamento”¹⁹. Assim, supõe-se que a Igreja do Rosário fora incluída em tal

¹⁶ *Idem*, p. 163-164.

¹⁷ *Idem*, p.163.

¹⁸ Processo de Tombamento do SPHAN nº178 de 1938, folha 1.

¹⁹ Meira, Ana. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no Século XX: Atribuição de Valores e Critérios de Intervenção. Tese de Doutorado UFRGS, Porto Alegre, 2008. p.234. A autora coleta essa informação na correspondência assinada por Rodrigo Melo Franco de Andrade em 11/11/1937, localizada no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

listagem. Augusto Meyer foi representante do SPHAN no RS entre 1937 e 1938, no entanto de acordo com a pesquisa realizada por Meira não foi possível determinar se ele foi efetivado na função ou se trabalhou só como voluntário, também não há referências sobre a data exata que deixou de exercer a função.²⁰

Na segunda folha do processo encontra-se uma comunicação enviada pelo Monsenhor Leopoldo Neis, Vigário Geral da Arquidiocese de Porto Alegre, a Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, em resposta à notificação número 219 enviada pelo Serviço, informando o tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre. Leopoldo Neis justifica a demora da resposta à notificação pelo fato de o Arcebispo Dom João Becker estar em viagem à Europa. Mais interessante, contudo, é sua resposta quanto à efetivação do tombamento:

2 – Nada tenho a opor ao tombamento das Igrejas de Nossa Senhora das Dores, desta capital, e de Nossa Senhora da Conceição de Viamão.

3 – Quanto á Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, peço venia para impugnar o tombamento, uma vez que não é monumento artístico e está condenada pelos arquitetos, devido ao mau estado, principalmente das torres, o que nos impede de nela fazer as obras de reforma e ampliação indispensáveis ao culto, tanto assim que existe projeto de demolição integral e construção de novo e artístico templo no mesmo lugar.²¹

Monsenhor Leopoldo Neis solicita ainda que, caso seu pedido de impugnação junto ao SPHAN seja negativo, o serviço esperasse até a volta de Dom João Becker para tratar das medidas referentes à Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Conforme demonstrado no já referido trabalho de Clara Emília Malhano, a Igreja católica foi a entidade que teve o maior número de bens tombados durante os anos iniciais do SPHAN e que em muitos casos contou com o auxílio dos vigários dos respectivos templos que eram objeto do tombamento²². A autora evidencia também que a Igreja Católica pode ter se beneficiado em alguns casos, visto que o tombamento implica a conservação e restauração do bem. Se o proprietário não estivesse em condições de efetuar a restauração e a conservação do bem tombado, o Estado ficaria encarregado de tomar as medidas necessárias. Por outro lado, a autora expõe que nos casos em que o tombamento, por algum motivo, não era interessante aos clérigos, estes prontamente encaminhavam pedidos de impugnação ao conselho consultivo do SPHAN, alegando, como vimos no caso da Igreja de Nossa Senhora

²⁰ Meira, Ana. *Op. Cit.* p.477.

²¹ Processo de Tombamento do SPHAN nº178 de 1938, folha 2.

²² Malhano, Clara Emília S. M. *Da Materialização à Legitimação do Passado: a monumentalidade como metáfora do Estado.* 1 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

do Rosário, a pouca importância histórica ou artística do bem e o seu mau estado de conservação.²³

Assim, os pedidos de impugnação feitos pelos vigários contrários ao tombamento de determinados bens – e não de outros, como observamos na carta do Monsenhor Leopoldo Neis – estão relacionados à interpretação dos critérios estabelecidos pelo Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937, que criou o SPHAN e forneceu amparo legal a suas atividades. Sobre este aspecto, Maria Cecília Fonseca demonstra que a inscrição ou não de bens nos livros tombo era produzida a partir de interpretações baseadas em trabalhos prévios de inventário, informação e pareceres técnicos, que no período entre o fim da década de 1930 e os anos 1960 foi feito quase que exclusivamente por funcionários da instituição ou por seus colaboradores, sendo raros pedidos de tombamento originados fora do SPHAN, “sendo a participação de elementos externos à instituição possível apenas nesse momento do processo, o do pedido de tombamento.”²⁴

Podemos observar que esta dinâmica apresentada por Maria Cecília Fonseca esteve presente no tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. No parecer realizado por Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre a impugnação solicitada pelo Vigário Geral, o primeiro critica o argumento do Monsenhor Leopoldo Neis de que Igreja achava-se condenada devido ao mau estado de conservação:

A improcedência do segundo desses fundamentos [o primeiro era o de que a Igreja não constituía “monumento artístico”] evidencia-se imediatamente, uma vez que a circunstância da igreja se achar em mau estado de conservação só poderia induzir o poder público a realizar ali obras de reparação que se tornassem necessárias e não a levantar o respectivo tombamento.²⁵

Quanto à alegação de que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário não constituía “monumento artístico”, Rodrigo Melo Franco de Andrade não faz nenhuma objeção direta, deixando o juízo a cargo do Conselho Consultivo²⁶, a quem cumpria deliberar sobre os pedidos de impugnação. No entanto, Rodrigo chama a atenção do conselho consultivo para a

²³ *Ibidem*, p. 200

²⁴ Fonseca, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC - IPHAN, 1997. p. 125

²⁵ Processo de Tombamento do SPHAN nº178 de 1938, folha 3.

²⁶ Conforme Clara Malhano, “O conselho consultivo era composto pelo Diretor do órgão, pelos diretores dos museus nacionais e por dez membros de mandatos vitalícios, nomeados pelo presidente Getúlio Vargas, de acordo com a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.[...] Os relatores dos processos eram escolhidos pelo presidente do conselho, e as decisões tomadas por maioria de votos, ratificando os pareceres técnicos encaminhados pelos arquitetos, contento descrição detalhada do imóvel, seu valor histórico, o andamento da obra de restauro, e sua importância como ‘exemplar único’ na região.” *Op. Cit.* p. 190.

justificação da proposta de tombamento, elaborada “pelo então assistente técnico deste serviço, Snr. Augusto Meyer”, transcrevendo-a em seu parecer:

Cumpre-me, inicialmente, justificar a inclusão da Igreja do Rosário no plano elaborado por este departamento. Um critério seletivo mais rigoroso eliminaria desse plano, não só a Igreja do Rosário, como a das Dores, por carência de valor artístico ou típico e de excepcional valor histórico. Acontece, porém, que depois da demolição da velha Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, construída em 1772, são essas as únicas obras de arquitetura religiosa ainda impregnadas do espírito do passado, na capital.²⁷

Observando a justificação de Augusto Meyer parece que o principal critério utilizado por ele, para incluir a Igreja entre os bens passíveis de tombamento é o fato de ser uma das mais antigas da cidade. Além desta justificativa, Augusto Meyer ainda seguiu apresentando “dados históricos” da Irmandade de Nossa Senhora de Rosário, retirados de relatórios da Arquiconfraria. Ele também chama a atenção para o estado de conservação “sofrível” que se encontrava o templo e para a cogitada idéia de demolição da igreja.²⁸

Assim, a discussão sobre a impugnação do tombamento é levada ao conselho consultivo. Foram dois os pareceres colocados em votação, o parecer do conselheiro Carlos Leão, que aceita os argumentos do clero e opta por abrir mão do tombamento, este chama atenção pela solução proposta:

[...] sou da opinião que se poderia suspender o tombamento da Igreja de N.S. do Rosário. Antes da demolição, porém, se deveria fazer o levantamento integral da igreja e tirar uma serie de fotografias para documentação, e a suspensão do tombamento deveria ficar condicionada ao compromisso escrito da conservação do arquivo, das imagens e de outros objetos de valor que se encontrem atualmente na Igreja.²⁹

Percebe-se que para o conselheiro a preservação dos arquivos e um registro fotográfico do local substituiriam a preservação do bem enquanto constituinte do patrimônio nacional. Outro parecer é o do conselheiro Afonso Arinos de Melo e Franco que se posiciona

²⁷ Processo de Tombamento do SPHAN nº178 de 1938, folha 3.

²⁸ Sobre os critérios utilizados por Meyer para a seleção da Igreja do Rosário, podemos citar as reflexões levantadas no recente trabalho de Ana Meira. A autora, analisando o processo de Tombamento da Igreja de São Pedro de Rio Grande, aponta que para Meyer as Igrejas indicadas para tombamento em Porto Alegre não tinham tanto mérito quanto as Igrejas de São Pedro de Rio Grande e da Conceição de Viamão. No caso da Igreja de Rio Grande, Meyer coloca que ela teria valor por ter “testemunhado a invasão castelhana”. Ele acrescenta que até seria razoável abrir mão do tombamento das igrejas da capital, mas não da Igreja de Rio Grande. A partir das informações levantadas por Meira podemos inferir, que apesar de Meyer justificar a inclusão da Igreja do Rosário entre os bens tombados pela sua antiguidade e fazer referência a sua ligação com a Irmandade do Rosário, para ele esses não seriam fatos historicamente relevantes. Ver: Meira, Ana. *Op. Cit.* p. 238-240.

²⁹ Processo de Tombamento do SPHAN nº178 de 1938, folha 6.

favorável ao tombamento, com o seguinte argumento contrário a afirmação de Monsenhor Leopoldo Neis

O então assistente da região, Sr Augusto Meyer em seu parecer já dizia que a Igreja carecia de interesse artístico mas ajuntava que, depois da demolição da de N. S. da Madre de Deus, as Igrejas do Rosário e Dores são em Porto Alegre, as únicas que “estão ainda impregnadas de espírito do passado”. Ora espírito do passado por dizer história. E o nosso Serviço não é apenas feito para zelar pelo patrimônio artístico mas, também, pelo histórico. E existe uma verdadeira relatividade na importância dos testemunhos históricos. Onde eles são escassos como em Porto Alegre, cidade nova, mesmo os mais modestos e humildes adquirem insubstituível valor.³⁰

A afirmação feita por Arinos, de que a Igreja possui valor histórico e de que cabe ao serviço também zelar por bens desse caráter, é melhor entendida se levarmos em conta que a Igreja havia sido registrada no Livro Tombo nº3, o livro das Belas Artes, o que parece contraditório, pois o valor artístico, aparece na documentação como alvo de questionamentos, enquanto que o seu valor histórico é reconhecido por Afonso Arinos de Melo Franco. Maria Cecília Fonseca fornece alguns argumentos para a compreensão dessa aparente contradição. De acordo com autora, a constituição das políticas de patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética, praticamente não havendo historiadores no quadro de funcionários do SPHAN. Dessa forma, a autora aponta para o período inicial do SPHAN, um privilégio para a inclusão dos bens no Livro das Belas Artes³¹. Outro argumento levantado pela autora, com base em depoimentos de funcionários antigos da instituição é que o rigor nas inscrições não era uma preocupação importante nas primeiras décadas do SPHAN, sendo o principal objetivo assegurar a proteção dos bens, não importando muito em qual dos livros. A autora também refere que a “decisão sobre as inscrições muitas vezes era tomada por quem propunha os tombamentos, ou pelos autores dos inventários, obedecendo a seus critérios pessoais”³².

As justificativas de ambos os conselheiros são levadas à votação e por maioria de votos, em 28 de setembro de 1938, o Conselho consultivo julga improcedente o pedido de impugnação e torna definitivo o tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.³³

A manutenção do tombamento por parte do Conselho Consultivo do SPHAN não demoveu a Arquidiocese da intenção de destruir o templo. Passados dois anos da decisão final do SPHAN, o Arcebispo Dom João Becker, aproveitando uma visita de Getúlio Vargas a

³⁰ Processo de Tombamento do SPHAN nº178 de 1938, folha 5.

³¹ Fonseca, Maria Cecília. *Op. Cit.* p.126.

³² *Ibidem*, p.127.

³³ Processo de Tombamento do SPHAN nº178 de 1938, folha 8.

Porto Alegre, envia-lhe uma comunicação com conteúdo bastante interessante, especialmente pela forma como é colocado o problema do tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário:

[...] Agradeço, sinceramente, a V. Excia a licença que, bondosamente, me concedeu, de reformar ou reconstruir a igreja de N^a S^a do Rosário desta capital, tornando assim sem efeito a sua incorporação ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme os motivos que aleguei a V. Excia. Da mesma maneira hipoteco a V. Excia meus agradecimentos pela promessa de patrocinar as obras da nossa catedral. Com satisfação, digo sempre que V. Excia iniciou as contribuições oficiais do Estado.[...] ³⁴

A passagem citada acima ganha mais sentido se observarmos a relação entre a Arquidiocese de Porto Alegre, na figura de Dom João Becker e o Estado. Tal relacionamento foi objeto de profunda análise no trabalho de Artur Cesar Isaia.³⁵ Conforme o autor, durante a Primeira República, a Arquidiocese configurou-se como uma força moral legitimadora do castilhismo no Estado, sem, no entanto, identificar-se com a ordem constituída. Dom João Becker atribui a si mesmo um papel pacificador das distensões políticas, salientando sua atuação em 1923, no Pacto de Pedras Altas. No entanto, após a revolução de 1930, Dom João Becker enfrentou uma posição bastante delicada, frente aos compromissos assumidos tanto com partidários do movimento centralizador, encabeçado por Vargas, quanto com políticos contrários a esse movimento. Frente às dissensões político-partidárias que culminaram com a implantação do Estado-Novo, Dom João Becker acabou por alinhar-se, assim como a hierarquia católica nacional, a Getúlio Vargas. Apesar de fazer críticas ao crescente autoritarismo de Vargas, após a implantação do Estado-Novo, Dom João Becker via a ditadura varguista como uma obra redentora da nação, salvando o Brasil do temido comunismo internacional.³⁶ É possível observar a postura de Dom João Becker em relação ao Estado Novo a partir do que aponta Isaia:

O alinhamento da hierarquia católica com o Estado Novo transparece de maneira das mais diretas no discurso pronunciado pelo arcebispo de Cuiabá, D. Aquino Corrêa, durante a missa rezada em ação de graças pelo terceiro aniversário do Estado Novo, com a presença do presidente da República. O orador louva as excelências de um regime liberto das “retaliações internas do partidarismo político”, *salientando o papel central de Getúlio Vargas na nova ordem, chegando a confundir-lo com o próprio Estado Novo, como centro simbólico do regime.*³⁷

³⁴ Processo de Tombamento do SPHAN nº178 de 1938, (cópia da carta enviada pelo Arcebispo Metropolitano D. João Becker ao Presidente Getúlio Vargas).

³⁵ Isaia, Artur Cesar. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

³⁶ *Ibidem*, p. 93-111, 147-155.

³⁷ *Idem*, p. 153.

Assim, para a consecução de seu objetivo, Dom João Becker apelava para seu bom relacionamento para com o presidente de República, muito provavelmente confiando no poder exercido por Vargas, identificado nesse momento como o centro do regime.

Contudo, a resolução da questão em favor dos objetivos da Arquidiocese não seria tão simples quanto gostaria Dom João Becker. Ainda que durante o Estado-Novo Vargas tenha experimentado poderes dilatados, as políticas de identificação e preservação de patrimônios históricos e artísticos nacionais faziam parte do mesmo movimento que lhe permitiu a ampliação de poderes. Portanto, a solução em favor de Dom João Becker exigiria ainda um ajuste interno do regime.

As iniciativas de demolir a Igreja do Rosário, mesmo após a confirmação do tombamento pelo SPHAN, ganham repercussão pública em fins de 1940, atestando a confiança de Dom João Becker de que seu apelo à Vargas seria confirmado. Em cinco de dezembro desse mesmo ano, o Correio do Povo noticiava a intenção no lançamento da pedra fundamental da nova igreja para o dia 29 de dezembro, em uma chamada bastante sugestiva: “Vai desaparecer um monumento de tradição – A demolição do templo de N. S. do Rosário – O que disse o Dr. Dante de Laytano – A moção de Walter Spalding.”³⁸ Na matéria, evidenciase a intenção em destruir o templo e o impedimento legal de tal atitude frente ao tombamento no SPHAN e a posição do Instituto Histórico e Geográfico em favor da preservação.³⁹

Com efeito, a intenção de demolição por parte da Arquidiocese é confirmada pela publicação de uma notícia sobre a construção da nova matriz do Rosário no periódico UNITAS – Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre, na edição de novembro e dezembro de 1940:

*Para a construção da nova matriz do Rosário, nesta capital, torna-se necessária a demolição da antiga existente no mesmo lugar. Como esta fazia parte do patrimônio artístico e histórico da Nação, o presidente da República, dr. Getúlio Vargas, a pedido do exmo. sr. Arcebispo Metropolitano, pessoalmente concedeu licença para a demolição da antiga e edificação da nova igreja dedicada a Nossa Senhora do Rosário. [...]*⁴⁰

³⁸ Correio do Povo, 5 de dezembro de 1940, p. 7.

³⁹ A participação de Dante de Laytano e Spalding neste caso será abordada com mais vagar no próximo capítulo. Sobre a inserção intelectual de ambos no período do Estado Novo temos as informações fornecidas por Gertz: Dante de Laytano integrou-se ao Estado Novo como palestrante no rádio pelo Movimento Intelectual pró-Estado Novo, em 1938, e trabalhou como consultor jurídico do secretário da Educação e Walter Spalding era bibliotecário da Prefeitura de Porto Alegre em 1937 e a partir de 1940 foi diretor do arquivo e biblioteca da prefeitura de Porto Alegre. GERTZ, René. O Estado Novo no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 120-125.

⁴⁰ UNITAS, números 11-12, ano XXIX. p.374.

Apesar da demonstrada convicção de que Dom João Becker foi atendido, no dia 7 de dezembro de 1940, Getúlio Vargas envia um despacho ao Ministério da Educação relativo às queixas do Arcebispo de Porto Alegre de que o SPHAN não havia tomado providências necessárias quanto à realização de obras de preservação da Igreja do Rosário e de que o tombamento impedia que tais medidas pudessem ser realizadas pelas autoridades eclesiásticas, “correndo-se o risco de perder-se o monumento, pela inação do Serviço oficial”. Vargas segue colocando que, “não devendo persistir essa situação, determino sejam tomadas, com urgência, as medidas necessárias à utilização atual da igreja, preservando-se a integridade do monumento”⁴¹. Evidencia-se uma divergência entre as informações, enquanto que Vargas afirma, através de um despacho, que se deve “preservar a integridade do monumento”, a arquidiocese veicula a informação de que recebera a autorização do presidente para demoli-lo.

Em longa resposta ao ministro Capanema, datada em 10 de dezembro de 1940, Rodrigo Melo Franco de Andrade demonstra que a responsabilidade na manutenção do bem é da Arquidiocese e que a mesma deveria notificar o serviço, sob pena de multa, caso não dispusesse de recursos suficientes para empreender a preservação. Rodrigo põe em dúvida este último aspecto, citando o projeto de construção da nova matriz como indício de que recursos não faltavam para que a arquidiocese assumisse a preservação do monumento. Apoiado nestes argumentos, Rodrigo refuta a responsabilidade do órgão na falta de conservação do templo, visto que não foi solicitada ao SPHAN qualquer intervenção e solicita o encaminhamento de seus esclarecimentos à Vargas.⁴²

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário não foi a única que suscitou polêmica quanto a manutenção dos tombamentos realizados pelo SPHAN nos anos iniciais de seu funcionamento. Em 29 de novembro de 1941, um ano depois da controvérsia levantada por Dom João Becker, Vargas publica o decreto-lei nº 3.866, que autorizava o Presidente da República a cancelar bens tombados no SPHAN. Sobre este decreto, destaca-se o que afirma Clara E. Malhano:

O critério *político* também foi definidor na seleção dos bens a serem tombados como aconteceu em 1942 com as Igrejas de São Pedro dos Clérigos, de Bom Jesus do Calvário e da Capela e Asilo do Cônego da Conceição no Rio de Janeiro. É possível também que o Decreto-lei nº 3.866, de 1941, que dá ao presidente da República poderes para cancelar, atendendo a motivos de interesse público, o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos Municípios ou as

⁴¹ Processo de Tombamento do SPHAN nº178 de 1938, folha 26.

⁴² Processo de Tombamento do SPHAN nº178 de 1938, folha 27.

pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, tenha sido conveniente às obras de construção da Avenida Presidente Vargas. Também em 1942, o destombamento e alagamento da cidade de São João Marcos, do século XVIII, no Rio de Janeiro, propiciaram o beneficiamento do Setor Elétrico através da empresa *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power*. Assim, em alguns momentos observamos o mesmo Estado que criou o SPHAN proporcionando a consolidação de empresas estrangeiras.⁴³

Assim, esse decreto foi expedido com a finalidade de resolver o conjunto de problemas suscitados pelo tombamento de bens contestados por setores influentes junto ao Estado. Poucos dias após a expedição do decreto, em oito de dezembro, Vargas expediu despacho cancelando o tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário no SPHAN. A notícia foi recebida com grande satisfação pelo Arcebispo Metropolitano, como ficou demonstrado em um telegrama de Dom João Becker endereçado a Vargas, reproduzido na Revista *Unitas* de janeiro e fevereiro de 1942: “Considero o patriótico o ato de Vossa Excelência belo presente de Natal e ano novo”⁴⁴.

Dessa maneira, o ajuste nas bases legais das práticas de preservação baseadas no tombamento de bens móveis e imóveis concedeu ao Estado o poder de destituir desse mesmo patrimônio possíveis empecilhos às ações de setores poderosos ou bem relacionados junto ao governo central. Permitiu ao Estado Novo garantir o cumprimento de compromissos assumidos em relação à formação de um patrimônio histórico e artístico nacional, mas com liberdade legal de ação sobre esses bens.

Em 1942 é lançada a pedra fundamental da nova Igreja do Rosário. Contudo, sua completa destruição se efetivará somente na década de 1950. Apesar do despacho presidencial de 1941 ter revogado definitivamente o tombamento, a última folha do processo estudado data de 1949. Ela é a cópia de uma carta escrita por Rodrigo Melo, endereçada à Gaston Hasslocher Mazon, escritor da coluna “Reminiscências de Porto Alegre”, do jornal *Correio do Povo*. Ao que parece a carta é uma resposta a um pedido de manifestação sobre a iminente destruição do “mais antigo templo da cidade” feito por Mazon, através de sua coluna, ao SPHAN. Rodrigo manifesta-se fazendo um breve relato da trajetória do tombamento e do destombamento, e conclui dizendo que “lamentando embora o anunciado desaparecimento de uma edificação íntima e expressivamente ligada às tradições de Porto Alegre, não dispõe esta Diretoria de elementos para obstar que se leve a efeito semelhante demolição”⁴⁵.

⁴³ Malhano, Clara. *Op. Cit.* p. 199.

⁴⁴ UNITAS, números 1-2, ano XXXI. 1942. p.50.

⁴⁵ Processo de Tombamento do SPHAN nº178 de 1938, folha 68.

A manifestação de Mazon junto ao SPHAN revela a repercussão do caso mesmo anos depois de ter sido lançada a pedra fundamental novo do templo. Demonstrando que a solução pleiteada pelo clero estava longe de ser unânime entre a população local.

Capítulo 2 – Intelectuais, Repercussão e Memória.

2.1 “Os cultores e defensores da nossa tradição histórica podem estar tranqüilos”: intelectualidade local, Estado Novo e SPHAN.

A consolidação de bens como parte integrante do Patrimônio Nacional no período de criação do SPHAN, dependeu – como foi visto no capítulo anterior – da articulação entre intelectuais desse serviço, relacionados diretamente ao Ministério da Educação e Saúde, com agentes locais. A estes últimos cumpriria a tarefa inicial de identificar e inventariar os bens destinados às políticas de preservação. Assim, da mesma maneira que a definição das políticas preservacionistas de âmbito nacional – aglutinadas através do SPHAN – foi uma realização de intelectuais atuantes no Estado Novo, a aplicação dessas políticas dependeu da colaboração da intelectualidade local.

Essa articulação entre Estado Novo e intelectualidade, em seus diversos níveis, é melhor compreendida ao se considerar o que aponta Angela de Castro Gomes, na sua análise da “cultura histórica” delineada nesse período. Ao analisar o editorial de apresentação da revista *Cultura Política*, revista oficial do governo Vargas diretamente vinculada ao DIP que circulou de 1941 à 1945, a autora reflete sobre o “lugar do intelectual” conferido no discurso que buscava legitimar o Estado Novo. O ponto central na abordagem deste aspecto é a percepção, pelos intelectuais vinculados ao Estado Novo, da relação entre a “ordem política”, “evolução social” e “evolução intelectual”.

A “ordem política” vem primeiro: ela é a instância criadora de qualquer tipo de desenvolvimento, como todo projeto ideológico estado-novista reafirma sempre. Mas em relação ao mundo da cultura, ela assume uma função tutelar particularmente estratégica e difícil, que se exprime pelo uso da categoria de “permissão do político” à evolução intelectual. A “singularidade” dessa “permissão”-relação estaria, a nosso ver, no fato de a política-Estado ter como par complementar os intelectuais, atores e criadores por definição dos bens simbólicos que alimentam a própria mecânica de funcionamento do poder. Além disso, os “produtos” a serem gestados dizem respeito a uma sofisticada gama de bens, não passíveis de redução e de avaliação instrumental. São os atores envolvidos nesse “pacto” e sua própria natureza simbólica que distinguem a operação a ser realizada pelo Estado e merecem a atenção de *Cultura Política*.¹

¹ Gomes, Angela de Castro. *História e Historiadores*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.p. 135.

Em seguida, Angela de Castro Gomes identifica o caráter pacificador e mobilizador do discurso nas páginas da *Cultura Política*, que buscava construir uma tradição intelectual diferente da que era reconhecida nas gerações passadas. As gerações precedentes teriam ficado, em função da insensibilidade política do Estado, à margem da participação política. A transição de uma postura de afastamento da política estatal para uma postura de engajamento seria mediada pela geração de intelectuais modernistas, entre meados dos anos 1920 e início dos anos 1940. Esses intelectuais reuniram as melhores condições para a execução dessa “outra atitude mental”, tanto porque “reinstauravam a temática da brasilidade com feições militantes, quanto porque eram os intelectuais disponíveis para o preenchimento dos cargos públicos do Estado Novo”².

Dessa forma, o “lugar do intelectual” incorporado ao Estado Novo seria o de estabelecer a mediação entre a política estatal e o “espírito nacional”, a fim de garantir o progresso da coletividade (que seria produto da ação política sobre a ordem social) através de “‘um acordo tácito’ em que a ordem social não exorbita de suas limitações e a ordem política não se afasta das ‘fontes de formação do povo’”.³ Assim, “cabia ao intelectual a função social estratégica de ser o “‘intérprete’ da brasilidade, tarefa que, por suas aptidões específicas, só ele poderia realizar”.⁴

Essa percepção do papel do intelectual frente ao Estado Novo deve ser considerada nesta pesquisa em dois aspectos. Primeiro porque as políticas de formação e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, compreendidas na política de tombamento foi tarefa de agentes especializados, ligados a corrente da intelectualidade modernista. Segundo, porque a constituição desse patrimônio tem as mesmas peculiaridades apontadas por Ângela de Castro Gomes quanto ao “lugar do intelectual”: a conformação da nacionalidade calcada em um “espírito de brasilidade” que se queria construir.

Contudo, ao falarmos do modernismo dos anos 1920 e 1930, é preciso considerar que a corrente modernista não formava uma voz uníssona entre a intelectualidade brasileira. Havia intelectuais de outros matizes que se relacionavam ao Estado Novo. Por outro lado, o modernismo no contexto do Estado Novo apresenta-se de forma tão ampla e ambígua que podia agregar uma gama variada da intelectualidade. De acordo com os autores de *Tempos de Capanema*, essa amplitude e ambigüidade possibilitaram as mais variadas interpretações. Algumas versões do modernismo identificavam-se com posturas do “irracionalismo

² *Ibidem*, p. 139.

³ *Idem*, p. 136.

⁴ *Idem*, p. 140.

nacionalista” e autoritário europeu, possibilitando a inclusão de sujeitos como Plínio Salgado como um expoente de uma das vertentes do modernismo. Com efeito, esses aspectos do modernismo lhe conferiram a condição de não colocar-se em contradição frontal com o programa político e ideológico do Ministério da Educação e Saúde.⁵

Como já foi observado, o panorama das relações entre intelectualidade e Estado Novo apresentado por Ângela de Castro Gomes na análise da revista *Cultura Política* é bastante semelhante ao apontado em estudos sobre os anos iniciais do SPHAN. A conexão entre a situação dos intelectuais no SPHAN e o discurso na imprensa oficial é significativamente compreensível, tendo em vista que os programas do MES e do DIP visavam incidir sobre a área cultural, e reforçam a perspectiva de que o intelectual era percebido e atuava como um mediador entre o Estado e o “espírito nacional”.

Ao analisar as relações entre a intelectualidade gaúcha e o Estado Novo no Rio Grande do Sul, René Gertz demonstra que mesmo havendo posicionamentos contrários ao regime, muitos intelectuais gaúchos foram simpáticos, aderiram ou dependiam profissionalmente do governo estado-novista, principalmente no plano da Interventoria Estadual. René Gertz faz um levantamento onomástico dos intelectuais em que foi documentada alguma relação como o Estado Novo, listando oitenta nomes. Ainda que a adesão desses sujeitos tenha diferenças consideráveis quanto a formas de vinculação estabelecida, expressa de certa forma a capacidade do governo de conglomerar esses intelectuais para a execução dos objetivos políticos do Estado.⁶

No caso aqui estudado foi possível perceber, além dos agentes vinculados à diretoria do SPHAN no Rio de Janeiro, a integração de intelectuais com inserção local como agentes colaboradores nas políticas preservacionistas: Augusto Meyer, Dante de Laytano, Walter Spalding e o secretário da Educação no período, J. P. Coelho de Souza. Cada um destes sujeitos teve algum grau de participação no processo de tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e todos eles figuram entre os oitenta nomes com vinculação ou proximidade com o regime. Evidentemente, os laços entre o governo estado-novista e esses intelectuais é pregresso ao seu envolvimento no processo de tombamento da Igreja do Rosário. De acordo com sua situação, exercerão papéis diferentes em seu relacionamento como o SPHAN.

⁵ Schwartzman, Simon; Bomeny, Helena M. B.; Costa, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.p. 97-98.

⁶ GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 115-143.

O escritor Augusto Meyer⁷ foi o técnico escolhido pelo SPHAN para apontar e inventariar os bens que seriam objeto de tombamento. Desse modo, será ele que colocará a Igreja de Nossa Senhora do Rosário na lista de bens a serem tombados. Conforme os trâmites burocráticos vigentes, as pesquisas e a justificação de indicação foram enviados para o SPHAN por Augusto Meyer, gerando a notificação n.219 de 1938, que analisamos no capítulo anterior. O envolvimento de Augusto Meyer no caso só pode ser confirmado pela documentação analisada até este ponto do processo, a indicação e justificação da Igreja do Rosário como objeto do tombamento.

A inserção de Dante de Laytano e Walter Spalding na disputa pela consolidação do tombamento da Igreja do Rosário ocorrerá devido à eminência da destruição do templo pela Arquidiocese. Como membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, buscaram o reconhecimento da necessidade de preservação da Igreja do Rosário junto à instituição. Tal reconhecimento se fez, ainda que sem unanimidade, através de uma moção apresentada por Walter Spalding, cujo conteúdo foi reproduzido em uma reportagem do *Correio do Povo*, em 5 de dezembro de 1940:

Estando registrada entre os “monumentos nacionais” a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, digna em verdade, de tão alta classificação, pela sua história, pela sua tradição e por ser atualmente o templo mais antigo de Porto Alegre, pois que se conserva o mesmo desde a sua ereção, e sabendo-se estar-se movimentando um pedido para que o referido templo seja retirado dentre os considerados “monumentos nacionais”, a fim de ser demolido, por considerarem-no, os amigos do vandalismo e extermínio da tradição, antiquado, “inestético” e até “mosntrengo”, esquecendo que ele representa uma época, uma cultura, uma tradição, um padrão de glória do nosso passado, solicitamos aos exmos. srs. arcebispo metropolitano e dr. José Loureiro da Silva, uma moção solicitando, em nome do Congresso, seja evitada a consumação do crime que se projeta: - a destruição do velho templo de Nossa Senhora do Rosário, - (a) Walter Spalding. ”⁸

Cabe ressaltar que o *Correio do Povo* busca esclarecimentos sobre a polêmica relativa à projetada destruição do templo e o impedimento causado pelo tombamento do mesmo junto ao SPHAN, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, conforme evidenciado na mesma reportagem:

Afirma-se que deverá ser lançada a 29 deste mês, a pedra fundamental do novo templo que substituirá o atual.
Afirma-se, por outro lado, que é impossível tal atitude por tratar-se de um monumento nacional sobre cujo destino só se pode manifestar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁷ Augusto Meyer também foi diretor da Biblioteca Pública em 1938, mais tarde do Instituto Nacional do Livro e em 1944 foi aos EUA, a convite do Departamento de Estado. Fonte: Gertz, René. *Op. Cit.* p. 120.

⁸ *Correio do Povo*, 5 de dezembro 1940, p. 7.

Por isso a reportagem esteve ontem no Instituto Histórico. Desejávamos um esclarecimento e interpelamos o dr. Dante de Laytano, secretário daquela entidade.⁹

Com efeito, ao analisar a criação do Curso de Geografia e História da UPA/URGS, no período de 1943 a 1950, a pesquisadora Mara Rodrigues ao concluir que o “curso teve um papel muito discreto no campo a pesquisa em história no RS”, coloca que o IHGRS continuava em situação de instituição privilegiada e monopolizadora da competência científica na área de História e Geografia, “emitindo pareceres demandados pelas próprias autoridades educacionais no Estado”.¹⁰

A partir destes elementos, é possível perceber ao menos duas dimensões das relações entre a intelectualidade e o Estado, catalisadas na polêmica sobre a destruição/preservação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Em primeiro plano, destaca-se a tentativa de usar a legitimidade do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul na persuasão às autoridades políticas e eclesiásticas no Estado. A partir das conclusões de Mara Rodrigues, vemos que o IHGRS gozava de reconhecimento como autoridade no campo da pesquisa em história junto ao governo estadual. Assim, uma posição “institucional”, assumida pelo IHGRS através da aprovação da moção contrária ao projeto de demolição da Igreja do Rosário, possivelmente contrapor-se-ia à liberação “pessoal” que anunciava Dom João Becker ter obtido de Getúlio Vargas para a consecução do projeto. Percebe-se que Walter Spalding buscou legitimar a posição contrária à demolição da Igreja junto ao IHGRS através da proposição da moção que seria encaminhada ao Intendente Municipal ao Arcebispo Metropolitano e também ao SPHAN. Em um plano secundário, evidencia-se, observando a ata final do III Congresso, que a posição contrária à demolição do templo não foi unânime dentro do IHGRS, e que houve pronunciamentos favoráveis alinhados à argumentação da Arquidiocese:

[...] O senhor Spalding lê uma proposta no sentido de ser evitada a demolição projetada da velha igreja do Rosário, nesta capital. Posta em discussão, usou da palavra o senhor Jaeger e diz estar aquele templo quase em ruínas e ser preferível, até mesmo para o embelezamento de Porto-Alegre, outra igreja, que seria de proporções avantajadas, servindo melhor aos seus fiéis. [...] ¹¹

⁹ Correio do Povo, 5 de dezembro 1940, p. 7.

¹⁰ Rodrigues, Mara Cristina de Matos. A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, Porto Alegre, 2002. p. 187.

¹¹ Ata da sexta sessão plenária do III Congresso Sul Riograndense de História e Geografia. In: Anais do III Congresso Sul Riograndense de História e Geografia. Comemorativo ao Bi-Centenário da Colonização de Porto Alegre. 1. volume. Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. 303.

É significativo dizer que na mesma sessão plenária, após a votação da moção, entra em discussão uma segunda proposta de Spalding “no sentido de ser considerado monumento nacional o edifício em que funcionou a assembléia dos Representantes do Estado, e, como complemento, solicita-se aos poderes competentes, seja esse prédio entregue ao Instituto Histórico para nele instalar sua sede”¹². A proposta revela uma apropriação por parte do IHGRS da legislação de preservação patrimonial e também uma proximidade deste com o SPHAN.

O Secretário da Educação, J. P. Coelho de Souza, como representante do SPHAN no estado, é procurado pela reportagem do Correio do Povo no dia 5 de dezembro de 1940, mesmo dia em que foi veiculada a matéria com as posições de Dante de Laytano e Walter Spalding. O secretário da educação reconhece o tombamento oficial da Igreja e posiciona-se em favor da preservação. Coelho de Souza explica como a Secretaria de Educação passou a ser o órgão de fiscalização e execução do SPHAN no Rio Grande do Sul, situação que de acordo com o secretário não era comum nos demais estados do país. Em uma das palestras formativas realizadas pelo Serviço no Rio de Janeiro, o diretor do SPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade queixara-se da dificuldade de ação do serviço nos estados. Estando presente nesta palestra, Coelho de Souza coloca os serviços da Secretaria à disposição do SPHAN, segundo o mesmo informou ao Correio do Povo.¹³

Ao abordar as relações entre os intelectuais do SPHAN e o governo estado-novista, Maria Cecília Fonseca aponta para o que denomina de “uma autonomia fraca” desses intelectuais frente ao Estado:

Na medida em que o SPHAN foi um dos braços do ministério de Capanema, era inevitável algum grau de compromisso entre os intelectuais que atuavam na instituição e o regime. Suponho que esse compromisso se exprimia basicamente numa demarcação de limites e numa relação de reciprocidade: ou seja, a autonomia de que gozava o SPHAN dentro do MES tinha como contrapartida implícita o não envolvimento daqueles intelectuais em outras esferas do governo, inclusive aquelas – como a censura e a propaganda – que, em princípio, afetavam profundamente a vida cultural.¹⁴

Como foi possível perceber, a relação estabelecida entre os intelectuais e o Estado Novo em nível federal através do SPHAN tem seu correlato em nível estadual. No entanto, se o compromisso dos intelectuais diretamente ligados ao SPHAN não se estendia a outras

¹² *Idem.* p. 303.

¹³ Correio do Povo, 6 de dezembro de 1940. p. 7.

¹⁴ Fonseca, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC - IPHAN, 1997. p. 135.

esferas de atuação que marcavam a vida cultural, no caso do Rio Grande do Sul, esse compromisso apresenta certas especificidades e sua expressão ganha contornos peculiares. O agente fiscalizador do SPHAN no estado, a Secretaria da Educação e Saúde, foi também responsável pela “política de nacionalização do ensino” – que entre outras coisas proibia as línguas estrangeiras nas escolas – integrada a campanha de nacionalização impulsionada pelo Interventor Federal Osvaldo Cordeiro de Farias.¹⁵

2.2 – A destruição de um “suporte da memória”

Um outro aspecto da relação destruição/preservação da Igreja de N. S. do Rosário ainda não focalizado no presente trabalho é a questão das atribuições simbólicas de que são objeto os bens em que recaem as políticas de preservação. Para tanto, é preciso compreender que o tombamento da Igreja do Rosário visava constituí-la como monumento histórico, muito embora sua inscrição tenha sido efetivada no Livro Tombo de Belas Artes. Conforme Maria Cecília Fonseca, apoiando-se nas noções de Aloís Riegl, os monumentos podem ser intencionais, produzidos para funcionarem como “suportes da memória” – sendo esta última a principal característica de um monumento – ou então podem ser constituídos através de ressemantizações desses bens executadas *a posteriori*¹⁶.

Dessa forma, o processo de transformação da Igreja do Rosário em monumento histórico a ser preservado está relacionado uma atribuição de determinados valores simbólicos através de uma política cultural do estado, configurada através do tombamento junto ao SPHAN. De acordo com Angela de Castro Gomes,

Os elementos simbólicos avocados e os sentimentos mobilizados por uma política cultural estatal não são escolhas arbitrárias, estando vinculados a tradições cujas raízes se encontram no passado de comunidades com identidades que têm que ser levadas em conta. Se há um processo de seleção e recriação de símbolos, a legitimidade buscada fundamenta-se em valores preexistentes, que devem ser observados e respeitados, para então serem tratados pela propaganda oficial.¹⁷

¹⁵ Sobre a campanha de nacionalização e a política de nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul, ver: Gertz, René. *Op. Cit.*

¹⁶ Fonseca, Maria Cecília Londres. A Invenção do Patrimônio e a Memória Nacional. In.: Bomeny, Helena (org.). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 88.

¹⁷ Gomes, Angela de Castro. *Op. Cit.* p. 21.

Dessa forma, analisar a disputa pela destruição ou preservação da Igreja do Rosário tem mais sentido quando relacionada ao papel da *memória* e das *identidades coletivas*. A polêmica envolvendo a consolidação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e sua repercussão na imprensa apresenta indícios bastante recorrentes que permitem um olhar sobre as relações entre a produção da lembrança e do esquecimento, e sobre o templo como um suporte para memórias. Tal dinâmica pode ser relacionada ao que afirma Fernando Catroga:

A memória só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias centradas em reavivamentos que só os *traços-vestígios* do que não existe são capazes de provocar. Portanto, o seu conteúdo é inseparável, não só das expectativas em relação ao futuro, como dos seus campos de objetivação – linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos – e dos ritos que o reproduzem e transmitem; o que mostra que ela nunca se desenvolverá no interior dos sujeitos, sem suportes materiais, sociais e simbólicos de memórias.¹⁸

Para tratar das relações entre Memória, História e Historiografia, Fernando Catroga, retomando noções levantadas por outros autores, coloca que a memória apresenta-se em três níveis, sendo os dois primeiros – “proto-memória” e “memória propriamente dita” – ligadas à construção e referência da individualidade e a última – a “metamemória”, ligada à definição do indivíduo em relação ao outro e que por isso “acentua as características inerentes a memória coletiva e histórica”¹⁹, sendo esses três níveis interligados. Dessa forma é na dimensão da metamemória que estará assentada a análise daqui em diante.

Através posicionamentos pronunciados pela imprensa, especialmente no ano de 1940, feitos em defesa da preservação Igreja do Rosário é possível verificar que a argumentação assentava-se em bases comuns, através de um chamado ao passado histórico da Igreja. Não obstante, também é possível verificar que o apelo para o passado da Igreja, no sentido de legitimar sua conservação, ganha contornos específicos de acordo com quem o formulava.

O principal argumento utilizado na tentativa de monumentalização da Igreja do Rosário, além do seu tombamento junto ao SPHAN foi a apelo à sua antiguidade. Na já referida reportagem de 5 de dezembro de 1940, pode-se ler:

Comenta-se em todas as rodas da cidade, a projetada demolição do templo do Rosário.
Vai para mais de um século, pois foi construído em 1827, que o vetusto monumento projetou a sombra de seus paredões por sobre a rua Vigário José Inácio. De certo antes teve outro nome, aquela via pública, mas a sombra sempre foi a mesma.

¹⁸ Catroga, Fernando. Memória, História e Historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 23.

¹⁹ *Ibidem*, p.7.

Para lá da sua construção, muitos anos antes, era uso dos escravos darem expansão á sua crença, fazendo os candomblés, dentro da igreja. Depois o uso foi saindo aos poucos, a crença se submetendo ás imposições do progresso, um nomadismo imenso tomando conta da fé.²⁰

Como pode ser visto na seqüência da reportagem, essa antiguidade da Igreja do Rosário está também relacionada a um uso específico do espaço, ligando-se a uma tradição originada por indivíduos de ascendência africana.

Por outro lado, em uma coluna especial para o Correio do Povo, Zeferino Brasil busca persuadir os leitores em favor da conservação da Igreja com argumentos que não tem referencia em um passado cujo pertencimento do templo liga-se aos negros escravos e libertos que compunham a Irmandade do Rosário e seus rituais próprios. Zeferino Brasil inicia a coluna referindo-se a passagens bíblicas em que Jesus Cristo afirma a humildade e a resignação como valores importantes na relação dos homens com Deus. Argumenta que se Jesus ordenasse a construção de um templo católico, teria este de “ser simples, modesto, sem ostentação de riqueza interna e externa.” Logo a seguir, o autor completa o argumento com o uso de sugestivas dicotomias: “Como casa de Deus ela é a casa de todos, sem distinção de castas nem de raças. Na presença de Deus, não há branco nem negro, não há rico nem pobre, não há fidalgo nem plebeu. Todos são irmãos.”

Zeferino Brasil segue explicitando a sua posição pessoal, mas é interessante notar o diálogo feito com as posições favoráveis à demolição da Igreja:

Eu, apesar de ser do século passado e seguir a risca a letra da doutrina católica, que condena o luxo e a vaidade, não reprovava hoje a construção de templos pomposos de arquitetura requintadamente artística, consoante as exigências da estética moderna e a beleza da cidade – opulenta de edifícios majestosos. Entretanto, reprovava energeticamente, como reprovava, demolição das velhas igrejas, sob o pretexto de que são antiquadas e de construção fora da arte moderna. E por isso, acompanho cordialmente o gesto do Instituto Histórico que é contrario a falada demolição da velha igreja do Rosário tão cara á população da cidade.²¹

Assim como referido anteriormente, busca legitimar a preservação da igreja com base na sua antiguidade e também faz referência ao fato dela fazer parte do patrimônio nacional

A construção desse templo durou dez anos. Sua pedra fundamental foi lançada em 1817, antes de proclamada a independência do Brasil, e concluída em 25 de dezembro de 1827, dia em que, no corrente mês, completará ela 113 anos de existência e de ofício católico.

²⁰ Correio do povo, 5 de dezembro de 1940, p. 7.

²¹ Correio do Povo, 7 de dezembro de 1940. p. 5.

Ela faz parte do patrimônio nacional e como diz muito bem a simpática “Folha da Tarde”: “Este vetusto templo não deve ser demolido, pois constitui um marco significativo do passado dentro da cidade que se renova e se moderniza dia a dia”.²²

O autor segue apelando para as *recordações* dos fiéis que naquela Igreja realizaram suas preces, pedindo ou agradecendo a alguma dádiva divina, aos que ali foram batizados, aos que na igreja do Rosário celebraram o matrimônio. Nesse apelo, fica bastante evidente a relação entre a memória da coletividade dos fiéis, que na visão já explicitada do colunista era composta por todas as pessoas, independente de cor ou situação econômica, e a edificação do templo como um suporte a essa memória:

Deixem-na, portanto, como está. Não arranquem á grande parte da população porto-alegrense as mais lindas recordações da sua vida, quando contempla o velho templo. Ela, assim, é a imagem viva e eloqüente do formoso passado de tanta gente...²³

Essa busca pela recordação da relação entre o passado individual dos fiéis e a Igreja do Rosário, remete a outra noção desenvolvida por Fernando Catroga, de que a memória se processa de forma seletiva e,

Por conseguinte, ela não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero *registro*; mas é a retenção afetiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. E os seus elos com o esquecimento obrigam a que somente se possa recordar partes do que já passou. [...] Em certa medida, ela é – como outras narrativas que exprimem a consciência histórica – uma previsão ao contrário. Portanto, compreende-se que, na anamnese, a história e a ficção se misturem, a verdade factual se miscigene com conotações estéticas e éticas, [...].²⁴

Assim, observa-se que há diferenças entre a memória reclamada por Zeferino Brasil, e as memórias que recordam o passado da Igreja ligado aos negros que a construíram. Zeferino Brasil prossegue a sua coluna exaltando a figura do Vigário José Inácio de Carvalho Freitas, que foi vigário na Igreja do Rosário entre 1848 e 1877, ano do seu falecimento. Para finalizar o artigo, Zeferino Brasil escreve:

Pois bem meus senhores, é este morto ilustre, a quem a cidade tanto amou, que está da sua sagrada sepultura suplicando que não toquem na sua velha igreja, que a deixem e a conservem como está, porque assim é que ela é e continuará sendo uma preciosidade histórica – uma relíquia da cidade.²⁵

²² Correio do Povo, 7 de dezembro de 1940. p. 5.

²³ Correio do Povo, 7 de dezembro de 1940. p. 5

²⁴ Catroga, Fernando. *Op. Cit.* p. 20-21.

²⁵ Correio do Povo, 7 de dezembro de 1940. p. 5

Alguns anos depois, em 1949, um texto de José Cruz Medeiros publicado na revista de variedades Sul América, demonstra que a polêmica em torno da destruição do templo ainda repercutia. O autor critica a destruição do templo que está prestes a se concretizar, faz um histórico da igreja e uma descrição pormenorizada de sua arquitetura bem como do mobiliário e imagens do seu interior. Ele encerra o seu texto com uma referência à memória dos escravos que construíram a Igreja, dizendo que “a beleza de suas torres e a paz de sua nave aguardam serenamente a fúria das picaretas: é que, derrubado o templo, sempre ficarão na poeira de suas pedras um resto de tradição, a lembrança perene da fé e do esforço de um punhado de escravos.”²⁶

Laytano em texto de 1955, já após a demolição da Igreja recorda, com recurso em escritos Gaston H. Mazon, o passado ligado aos negros que a construíram

IGREJA DOS PRETOS – A verdade que a própria Irmandade do Rosário se viu forçada a sair da Catedral onde tinha sua sede, pois a corporação era só de negros, o que causava um sem número de atritos e, neste caso a única solução consistia de fato em construir uma igreja dos africanos e assim nasceu a Igreja do Rosário, com seus santos de devoção da gente de cor: S. Domingos, S. Benedito, Santa Bárbara e mesmo o Rosário.

A Igreja dos Pretos deixou de ser dos pretos, foi derrubada há pouco e agora está sendo construída outra verdadeiramente pavorosa em tudo inclusive na arquitetura estapafúrdia, que se erguerá no lugar da antiga, matando a velha tradição portoalegrense.²⁷

A essas diferentes formas de se relacionar com a memória da Igreja do Rosário no sentido de legitimar a preservação do templo, podemos contrapor a indiferença, intencional ou não, da Arquidiocese frente essas memórias, fossem elas vinculadas aos clérigos ou fossem elas vinculadas ao passado afro-brasileiro da Irmandade do Rosário.

Um exemplo de que a retórica da Igreja católica não valorizou as memórias relacionadas ao templo pode ser visto em uma notícia veiculada na Revista Unitas sobre a demolição da Igreja, em 1940. Nota-se também que essa notícia veicula uma informação equivocada sobre a permissão da demolição do templo, visto que a inscrição do bem no SPHAN somente foi cancelada em fins 1941:

Para construção da nova matriz do Rosário, nesta capital, torna-se necessária a demolição da antiga existente no mesmo lugar. Como esta fazia parte do patrimônio artístico e histórico da Nação, o presidente da República, dr. Getúlio Vargas, a pedido do exmo. sr. Arcebispo Metropolitano, pessoalmente concedeu licença para

²⁶ Sul América, revista editada pela “Sul América Companhia Nacional de Seguros”. Ano XXX, julho-setembro, nº117, 1949. p. 20.

²⁷ Laytano, Dante de. Festa de Nossa Senhora dos Navegantes: Estudo de uma tradição das populações Afro-Brasileiras de Pôrto Alegre. Edição da Comissão Estadual de Folclore do Rio Grande do Sul, volume 6. Porto Alegre, 1955. p. 41.

a demolição da antiga e edificação da nova igreja dedicada a Nossa Senhora do Rosário. A construção de uma nova e espaçosa igreja no centro da cidade é uma inadiável e imperiosa necessidade imposta pela absoluta falta de lugar na matriz atual para as multidões de fieis que lá devem cumprir as suas obrigações de religião. “*Salus animarum suprema lex esto*”, [A salvação da alma é a suprema lei], superior também á veneração que nos inspiram as antiguidades.²⁸

O que interessava à Arquidiocese, como vimos no capítulo 1, era a ereção de uma igreja ampla e imponente, ou nas palavras do Monsenhor Leopoldo Neis em 1938, de iniciar os procedimentos de “demolição integral e de construção de novo e artístico templo no mesmo lugar”.²⁹

A dinâmica sobre as diferentes formas de seleção, construção e consolidação de monumentos como suporte de memória evidenciada pelas diferentes posições assumidas frente à polêmica destruição/preservação da Igreja do rosário pode ainda ser relacionada ao que coloca Fernando Catroga:

Mas importa destacar que, nas liturgias de recordação, existe sempre uma tensão entre cordialidade, ou melhor, entre afetividade e conhecimento, bem como entre memória e normatividade, antíteses que tendem a resolver-se através de *mensagens*; e estas atuam como correntes pulsionais que agem como deveres. Daí a estreita relação entre *memória, identificação, filiação e distinção*.³⁰ Como se verifica, se a memória é a instância construtora e solidificadora de identidades, a sua expressão coletiva também atua como instrumento e objeto de poder (es), quer mediante a seleção do que se recorda, quer do que, consciente ou inconscientemente, se silencia. E quanto maior é sua expressão social, mais se corre o risco de o esquecido ser a consequência lógica da “invenção” ou “fabricação” de memória(s).³¹

A partir dessas reflexões, é possível inferir que o templo demolido propiciava um suporte às memórias de um passado que não era identificado com a Arquidiocese nem com os novos frequentadores da Igreja do Rosário, inseridos em um contexto de remodelação e expansão urbana. Assim, a destruição do velho e a construção do novo se colocam a serviço da formação de novos suportes para as identidades que se queriam construir. Assim a tensão entre destruição/preservação da Igreja do Rosário pode ser vista também como uma disputa entre a manutenção e formulação de identidades, através do campo da memória, em que a destruição de um monumento histórico é seguida pela edificação de uma construção com características também monumentais, a fim de marcar a apropriação dos espaços pela Arquidiocese e os grupos a ela relacionados, em detrimento de coletividades que se ligavam

²⁸ Unitas, Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre. Ano XXIX, n. 11 e 12. Novembro/ Dezembro de 1940. p. 374.

²⁹ Processo de Tombamento do SPHAN nº178 de 1938, folha 02.

³⁰ Catroga, Fernando. *Op. Cit.* p. 27.

³¹ *Ibidem.* p. 55.

ao passado da edificação original. Como coloca Maria Cecília Fonseca, “A destruição dos suportes da memória coletiva de um grupo é uma das formas mais eficazes de dominação e desagregação social.”³²

Curiosamente, a inauguração da pedra fundamental da nova Igreja do Rosário foi realizada na data de 13 de maio de 1942, em homenagem da Arquidiocese ao jubileu episcopal do Papa Pio XII. Na mesma data, completaram-se 54 anos da assinatura da Lei Áurea. Parece irônico o fato da pedra fundamental da nova igreja ter sido lançada no aniversário da abolição oficial da escravidão, visto que o antigo templo ligava-se a memória de negros, escravos ou libertos, em Porto Alegre.

O lançamento da pedra fundamental teve ainda como paraninfo, o próprio presidente Getúlio Vargas, que seria representado na ocasião pelo Interventor Cordeiro de Farias, que por sua vez, enviou seu assistente militar Major Valter Barcelos.³³

³² Fonseca, Maria Cecília. *Op. Cit.* 2001. p. 88.

³³ Diário de Notícias, 13 de maio de 1942. p. 5.

Conclusão

Nesta conclusão buscarei sintetizar as principais reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho. Através de um histórico das relações entre a Paróquia e a Irmandade foi possível perceber que conflitos entre os dois grupos sobre a organização e utilização do templo foram corriqueiros, visto que o templo desde sua construção era de propriedade da irmandade. Dessa forma os clérigos tinham que se submeter às vontades da mesma, fato que os desagradava. Em 1906 o clero dá indícios de desejar modificar radicalmente o templo, argumento que se baseava no fato do templo ser antiquado e pesado. No entanto, a proposta de reformulação não foi acolhida pelos membros da Irmandade, que assumiam para si a responsabilidade de manutenção do espaço da Igreja. A transferência dos bens da Irmandade para a paróquia, ocorrida em 1931 em função de dívidas, veio permitir uma ingerência maior do clero sobre a organização e a utilização do templo. Após esse momento fica obscurecida a participação da Irmandade do Rosário no processo, visto que são raras as vezes que ela é citada nas fontes analisadas. Depreende-se que a paróquia, através da obtenção da propriedade do templo, havia ganhado “liberdade de ação” para implementar as mudanças desejadas na organização do mesmo, concentrando o poder de decisão sobre sua manutenção ou destruição. A Arquidiocese opta pela destruição e como foi visto, em 1932 já existia uma comissão incumbida da construção do novo templo.

A iniciativa de tombamento da Igreja do Rosário, realizada na aurora do SPHAN, toma o clero de surpresa, restringindo sua recém conquistada “liberdade de ação”. Cabe destacar que o tombamento da Igreja do Rosário situa-se entre os primeiros ocorridos no Estado. Assim, supõe-se que provavelmente a legislação de preservação patrimonial era ainda desconhecida para o clero. Os clérigos fizeram oposições ao tombamento, porém o conselho consultivo do SPHAN optou por efetivá-lo. Entretanto a idéia de preservação não foi acolhida pelo clero local e o arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre, Dom João Becker, passou a atuar junto ao presidente Getúlio Vargas para a revogação do mesmo. Foi possível perceber que a aproximação entre Getúlio Vargas e Dom João Becker, possibilitou que este último “cobrasse” posicionamento e apoio do presidente para a sua causa. Em fins de novembro de 1941, um decreto presidencial altera a legislação autorizando o presidente da República a cancelar o tombamento de bens, desde que atendendo a interesse público. Poucos dias após, em 8 de dezembro de 1941, um despacho presidencial revoga o tombamento da Igreja de N.

S. do Rosário. Outros bens foram destombados em função do decreto, no entanto, através dessa pesquisa ficou evidente a pressão exercida pelo arcebispo Dom João Becker sobre Getúlio Vargas. Dessa forma percebe-se que o impasse criado com o Tombamento da Igreja do Rosário insere-se entre as motivações para a promulgação de um decreto lei alterando as disposições do decreto de 1937, que criara o SPHAN. Através dessa situação foi possível compreender, em uma escala reduzida, o caráter das dinâmicas relacionadas às mudanças na lei durante o Estado Novo.

A Arquidiocese apontava como motivos centrais para a destruição a má conservação do templo e suas pequenas dimensões, mas nas fontes estudadas fica evidente que as alternativas de restauração ou reforma, que resolveriam o problema da má conservação não foram cogitadas por ela. A irredutibilidade do clero diante dos pedidos pela não destruição fizeram-me buscar outros motivos não explicitados para a necessidade de destruição da Igreja. Percebeu-se que a transferência dos bens da Irmandade para a Paróquia, ocorrida em 1931, foi um momento de significativa importância. A partir desse momento a paróquia adquiriu o direito de administrar e gerenciar a Igreja, dessa forma uma hipótese plausível é que a destruição do templo tenha a intenção de simbolizar uma ruptura com o período anterior no qual a Igreja era gerenciada pela Irmandade, estando os párocos subordinados as vontades da mesma.

O movimento de remodelação urbana pelo qual passava Porto Alegre nas décadas de 1930 e 1940, imbuído de uma “ótica monumental e destrucionista”³⁴ não pode ser deixado de lado nesta análise. Contudo, não foi possível definir ao certo o quanto ele interferiu. Possivelmente, a remodelação urbana ocorrida em Porto Alegre nesse período tenha servido de respaldo ou fomentado a idéia da destruição do primeiro templo.

Com efeito, notou-se que a polêmica instaurada pela veiculação de posições contra a destruição da Igreja do Rosário relaciona-se também com processos de criação e manutenção de identidades coletivas. A identidade da coletividade é formulada a partir de uma íntima relação com a memória dessa coletividade.

Durante o processo de defesa da preservação da Igreja do Rosário, desdobram-se argumentos que relacionam o espaço físico do templo com recordações do passado. A própria consolidação do templo como patrimônio histórico e artístico nacional dependeu de uma postura das autoridades em relação ao que o templo representava do passado de Porto Alegre.

³⁴ Machado, Nara Helena Naumann. Modernidade, Arquitetura e Urbanismo: o centro de Porto Alegre (1928-1945). Tese de Doutorado em História – PUCRS, Porto Alegre, 1998.

Assim, a dinâmica da preservação/destruição do templo foi acompanhada pelo processo de recordação/esquecimento. Ao configurar-se em um suporte à memória, à Igreja Rosário também foi atribuída uma condição de receptáculo das memórias que àquele espaço eram atribuídas.

Um componente bastante importante neste sentido é a ligação da Igreja do Rosário com a Irmandade que a construiu e ao passado escravista do Rio Grande do Sul. É possível inferir, nesse sentido, que se a iniciativa de construir um novo templo buscou simbolizar uma mudança nos rumos da paróquia, esse simbolismo também poderia estar ligado à idéia do esquecimento da “mácula da escravidão”. Se confirmada essa hipótese, a destruição do templo por parte da Arquidiocese tem um paralelo com as iniciativas de demolição de tudo aquilo que lembrava a escravidão, como nos primeiros anos do período republicano, quando foram destruídos muitos documentos relacionados ao sistema escravista no Brasil.

Ao longo do trabalho foi possível perceber que outros caminhos interpretativos poderiam ajudar no entendimento do caso. Um elemento bastante significativo é a questão étnico-racial. Em função da ausência de fontes sobre a Irmandade, principalmente após 1930, não foi possível uma aproximação maior com essa questão. Mas seria ingenuidade pensar que a incessante vontade, por parte das autoridades católicas, em destruir a Igreja não estivesse relacionada com o fato dela ter sido construída e administrada por uma Irmandade composta, em sua grande maioria por negros, escravos/libertos e seus descendentes. Esse argumento é reforçado se lembrarmos as informações apresentadas por Barea, que em mais de um momento de seu texto aponta que um “grupo de pessoas” exercia pressão sobre os párocos para que limitassem o acesso à Igreja aos “elementos de cor”. Porém em função das limitações do presente trabalho, incluindo as fontes arroladas, não foi possível explorar essa questão. As divergências entre párocos e Irmandade, além de apontarem para um recorte étnico-racial – visto que a Irmandade era reconhecida por ter sido fundada por negros – também abre outro caminho interpretativo ligado a uma possível mudança de relação do clero com os fiéis e dos fiéis com o espaço sagrado do templo.

Através das fontes analisadas evidenciou-se a atuação de intelectuais locais em prol da preservação do templo, que utilizaram a legitimidade do Instituto Histórico e Geográfico do Rio grande do Sul para defender a preservação. O impasse entre a preservação e a destruição foi discutido na imprensa local, principalmente no fim do ano de 1940, quando a Arquidiocese divulgou a informação equivocada de que havia recebido autorização legal para destruir o templo.

Foi possível observar que o caso teve desdobramentos, mesmo após a revogação definitiva do tombamento ocorrida em dezembro de 1941. Muito embora eu não tenha realizado pesquisa específica nas fontes visando investigar a repercussão do caso após 1942, foi inevitável perceber que o assunto continuou a ser debatido, e que em 1949 ainda houve manifestações com intenção de reverter a anunciada demolição, ocorrida em 1951. A destruição definitiva do templo também não significou o fim das polêmicas e memórias sobre a Igreja de N. S. do Rosário continuaram a ser redigidas, legando ao historiador algumas pistas sobre o passado.

Fontes Primárias

ANAIS DO III CONGRESSO SUL RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. Comemorativo ao Bi-centenário da Colonização de Porto Alegre. volume 1. Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre. fev. 1938 – mar. 1942

O DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre. fev. 1938 – mar. 1942

PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SPHAN nº178 de 1938.

SUL AMÉRICA. Revista editada pela “Sul América Companhia Nacional de Seguros”. Ano XXX, julho-setembro, nº117, 1949.

UNITAS. Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre. jan. 1938 – mar.1942

Arquivos e Centros de Documentação Consultados

Arquivo Central do IPHAN Noronha Santos – Rio de Janeiro.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – Porto Alegre.

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

Biblioteca Central da PUCRS – Porto Alegre.

Bibliografia

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio Cultural e Nação. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.) **Trabalho, Cultura e Cidadania**. São Paulo: Scrita, 1997.

BAREA, José. **História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Porto Alegre: EST, 2004.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC - IPHAN, 1997.

_____. A Invenção do Patrimônio e a Memória Nacional. In.: BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. 1 ed. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

LAYTANO, Dante de. **Festa de Nossa Senhora dos Navegantes: Estudo de uma tradição das populações Afro-Brasileiras de Pôrto Alegre**. Edição da Comissão Estadual de Folclore do Rio Grande do Sul, volume 6. Porto Alegre, 1955.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MACHADO, Nara Helena Naumann. **Modernidade, Arquitetura e Urbanismo: o centro de Porto Alegre (1928-1945)**. Tese de Doutorado em História– Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, IFCH, PUCRS, Porto Alegre, 1998.

MALHANO, Clara Emília S. M. B. **Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no Século XX: Atribuição de Valores e Critérios de Intervenção.** Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de arquitetura, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

MÜLLER, Liane Susan. **“As contas do meu rosário são balas de artilharia” – Irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920).** Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-Graduação em História, IFCH, PUCRS, Porto Alegre, 1999.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Pôrto Alegre.** Volume 1. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial de Porto Alegre. 1945.

POSSAMAI, Zita Rosane. **O patrimônio em construção e o conhecimento histórico.** Revista Ciências e Letras. n. 27, jan/jun2000, Porto Alegre. p.13-24.

RAMOS, Maria Beatriz Cunha. **Igreja das Dores: Importância histórico-cultural para a cidade de Porto Alegre.** Porto Alegre: Pallotti, 1989.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950.** Dissertação de Mestrado em História - Programa da Pós-Graduação em História, IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 2002.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ANEXO 1



Imagem 1

Imagem 1: “Velhíssimo aspecto da rua do Rosário, vendo-se um antigo carro de bois e ao fundo as torres do mais antigo templo da cidade”. Fonte: Mazon, Gaston. Reminiscências de Porto Alegre. Gráfica Selbach, Porto Alegre, 1943.

Imagem 2: “Torres da Igreja do Rosário”, (sem data) . Fonte: Pimentel, Fortunato. Aspectos Gerais de Pôrto Alegre. Volume 1. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial de Porto Alegre. 1945.

Imagem 3: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Correio do Povo, 5 de dezembro de 1940, p. 7.

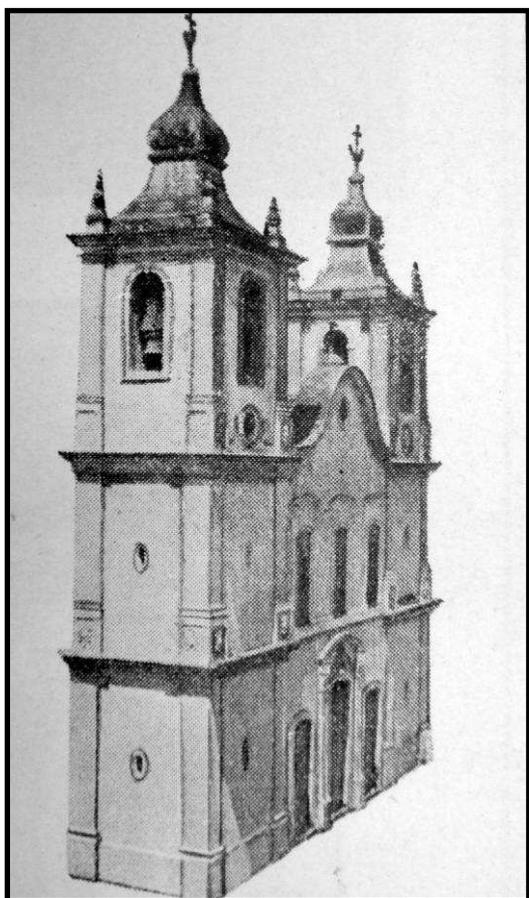


Imagem 2



Imagem 3

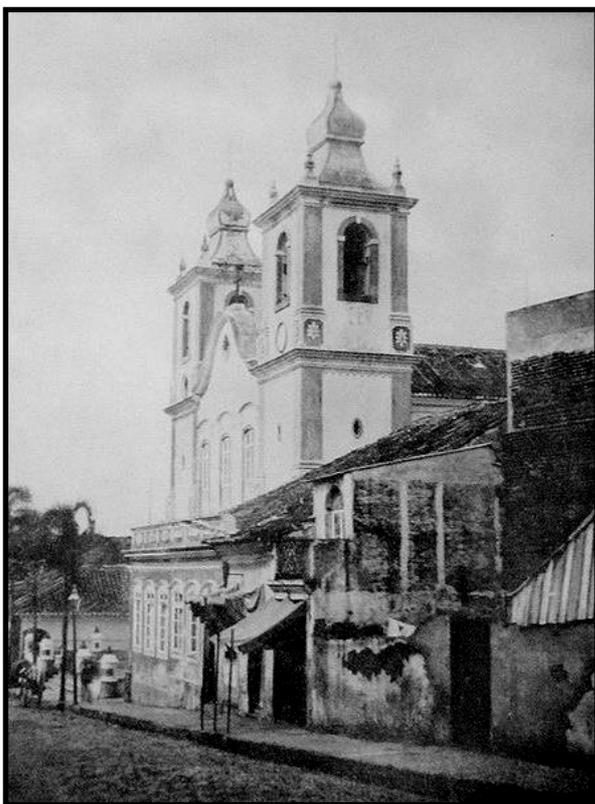


Imagem 4

Imagem 4: A antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fotografia do acervo do Museu Joaquim Felizardo, Porto Alegre, autor desconhecido, sem data.

Imagem 5: Igreja de Nossa Senhora do Rosário cerca de 1920. Fonte: <http://www.rlandell.hpg.ig.com.br/igros.htm>. Acessado em 21/11/2008.

Imagem 6: Atual Igreja de N. S. do Rosário. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Igreja_do_Ros%C3%A1rio1.jpg. Acessado em 21/11/2008.



Imagem 5



Imagem 6